

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

GEOVANA AZEVEDO DA COSTA

**GÊNERO, TRABALHO E POLÍTICAS PÚBLICAS:
UMA ANÁLISE DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NO PROGRAMA
NACIONAL MULHERES MIL**

TERESINA
2018

GEOVANA AZEVEDO DA COSTA

**GÊNERO, TRABALHO E POLÍTICAS PÚBLICAS:
UMA ANÁLISE DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NO PROGRAMA
NACIONAL MULHERES MIL**

Dissertação de Mestrado Acadêmico apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Piauí – UFPI, como requisito à obtenção do título de Mestre.

Área de concentração: Estado, Movimentos Sociais, Cidadania e Comportamento Político.

Linha de pesquisa: Movimentos Sociais e Cidadania.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Olívia Cristina Perez

TERESINA
2018

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco
Divisão de Processos Técnicos

C837g

Costa, Geovana Azevedo da.

Gênero, trabalho e políticas públicas : uma análise da
qualificação profissional no Programa Nacional Mulheres Mil /
Geovana Azevedo da Costa. -- 2018.

90 f. : il.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Piauí, Centro
de Ciências Humanas e Letras, Programa de Pós-Graduação em
Ciência Política, Teresina, 2018.

“Orientação: Prof^a. Dr^a. Olívia Cristina Perez.”

1. Gênero. 2. Mulheres - Políticas Públicas - Brasil. 3. Programa
Mulheres Mil. I. Título.

CDD 305.42

GEOVANA AZEVEDO DA COSTA

**GÊNERO, TRABALHO E POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA ANÁLISE
DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NO PROGRAMA
NACIONAL MULHERES MIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, da Universidade Federal do Piauí, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Área de Concentração: Estado, Movimentos Sociais, Cidadania e Comportamento Político.

Linha de Pesquisa: Movimentos Sociais e Cidadania.

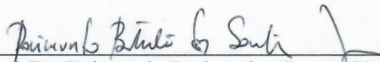
Orientadora: Profa. Dra. Olívia Cristina Perez

Aprovado em 13 de dezembro de 2018.

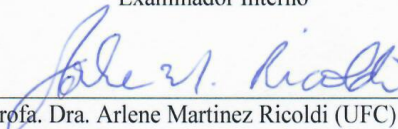
BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Olívia Cristina Perez (UFPI)
Orientadora



Prof. Dr. Raimundo Batista dos Santos Júnior (UFPI)
Examinador Interno



Profa. Dra. Arlene Martinez Ricoldi (UFC)
Examinadora Externa à Instituição

Dedico esta dissertação a todos que contribuíram de alguma forma para a sua conclusão. Em especial, à minha querida mãe, e ao meu querido pai (*in memoriam*).
Com todo o meu amor!

AGRADECIMENTOS

Os meus primeiros e constantes agradecimentos, em todas as etapas da minha vida, pertencem a Deus, a Nossa Senhora e aos meus pais. Deus e Maria, por terem me conduzido por águas tranquilas até aqui; aos meus pais, por terem construído as pontes necessárias para que eu me constituísse, enquanto sujeito, naquilo que eu desejei ser. Meus pais constituem e influenciam, permanentemente, minha trajetória. Se não fossem eles, e a nossa trajetória de vida, não daria eu o sentido que dou ao mundo social que me cerca.

Agradeço, em especial, à minha mãe, Maria Nazaré Azevedo da Costa, a quem atribuo o meu senso de justiça; em relação aos outros, fonte inesgotável de inspiração e amor, que fez e faz por mim o que eu jamais poderei suficientemente agradecer. À minha mãe, todo o meu amor e reconhecimento, por suas lutas pessoais, nem sempre vencidas, suas resistências e suas sujeições cotidianas ao ideal de “Anjo-do-lar” construído socialmente para as mães, esposas e mulheres, e por toda a incondicional dedicação a mim, ao meu pai e aos meus irmãos por todo o tempo.

Ao meu amor eterno, Pedro Pereira da Costa (*in memoriam*). Meu pai, por todas as lições transmitidas e por ter acreditado que um dia teria uma filha mestra.

Aos meus queridos irmãos, Geany Azevedo e Gylson Azevedo, pelo apoio, compreensão e torcida incondicional.

Aos meus cunhados, Miriane Menezes e José Carlos (Carlin), pelo incentivo, apoio e torcida desde a graduação.

Aos meus lindos sobrinhos, Pedro Neto, Gean Carlos e Maria Cecília, pela compreensão e amor até nos dias mais difíceis.

A todos os meus primos e primas, tios e tias, em especial à querida e doce tia Jandira, que segurou minha mão desde os meus primeiros passos e nunca mais soltou. Amo muito vocês!

Aos meus queridos avós, Maria Luiza Azevedo Ramos e Manoel Joaquim (*in memoriam*), meus “dengos”, pelo apoio e carinho.

À querida amiga Silvana Teixeira, pelo apoio incondicional e constante, desde a etapa da seleção até o final, e pelas incansáveis leituras e sugestões no meu texto.

Aos meus queridos amigos, Alacyra Viana, Jeanny Rodrigues, Ellen Mourão, Raquel Carvalho, Isabel Almondes e Laurelli Joann, por todo o carinho, apoio e torcida.

Às minhas queridas amigas, Maria do Livramento e Ocilma Monteiro, pela disponibilidade e sugestões realizadas na minha pesquisa.

Às queridas amigas Denise Martins da Costa e Silva, Paula Santos Barbosa e Solange Sousa Santos, pela amizade longínqua, pela inspiração que transmitem e pelo prestígio de tê-las como amigas. Amo vocês!

Ao querido amigo Márcio Portela, meu grande incentivador e amigo, pelo qual nutro profunda admiração pela pessoa generosa e otimista que sempre fora.

Ao Nélio, pelas enriquecedoras trocas e pela oportunidade de conviver com a especificidade de sua compreensão do mundo.

À querida amiga Líbia Mafra Benvindo de Miranda, pelo olhar cuidadoso, carinhoso e por todas as reflexões que despertou em minha pesquisa.

Agradeço aos amigos e eternos mestres da minha graduação em Administração de Empresas: Prof^o Paulo José de Abreu (*in memoriam*) e prof. Dr. Helano Diógenes Pinheiro, por toda a inspiração que despertaram em mim.

Ao IFPI, meu local de trabalho, pela possibilidade de realizar esta qualificação.

Ao meu chefe, André Rezende de Carvalho, pelo incentivo diário, apoio, torcida e compreensão durante toda esta jornada.

Aos demais colegas do meu setor, por desdobrarem-se quando a pesquisa solicitou minha ausência. Agradeço, em especial, ao Yelone, sempre disposto a me auxiliar. Aos demais amigos que a vida e o(s) trabalho(s) me trouxeram, que tanto me fortalecem, me incentivam e me ampliam. Muito obrigada!

Agradeço, ainda, aos queridos amigos que me foram dados pela Ciência Política, a toda a turma e, em especial, Brenda Theresa, Daiana Ferreira, Hudson Ibiapina, Germano Lúcio e Rafaella Santiago, que compartilharam, em sua totalidade, as dificuldades e problemas enfrentados, não só na elaboração desta dissertação, mas durante todo o Mestrado, em que estiveram sempre prontos a me ajudar, em qualquer situação.

Aos professores do Departamento de Ciência Política pelas reflexões despertadas.

Agradeço, especialmente, à minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Olívia Cristina Perez, pela disponibilidade, confiança, reflexões e contribuições acadêmicas.

Finalmente, aos sujeitos da minha pesquisa por me permitirem ser transformada.

(...) o que é uma mulher? Juro que não sei. E duvido que vocês saibam. Duvido que alguém possa saber, enquanto ela não se expressar em todas as artes e profissões abertas às capacidades humanas. E de fato esta é uma das razões pelas quais estou aqui, em respeito a vocês, que estão nos mostrando com suas experiências o que é uma mulher, que estão nos dando, com seus fracassos e sucessos, essa informação da maior importância.

(Virgínia Woolf)

RESUMO

Esta pesquisa se insere na discussão sobre a perspectiva de gênero nas políticas públicas de âmbito federal para a qualificação profissional de mulheres. Partindo da análise do Programa Nacional Mulheres Mil, instituído no ano de 2011, o estudo teve como objetivo investigativo entender, a partir do portfólio de cursos, se a qualificação ofertada conduz à capacitação de mulheres em atividades que reforçam os papéis tradicionais socialmente atribuídos a elas no mercado de trabalho. Para tanto, examinaram-se documentos oficiais, como forma de compreender qual a perspectiva de gênero presente na política pública. Paralelamente, foi realizada pesquisa empírica com representantes do poder público responsáveis pela formulação do Programa, e com uma aluna egressa. Constatou-se, no estudo, que predomina a perspectiva tradicional de gênero no Programa, que impacta numa formulação de cursos atada à divisão sexual dos papéis e compreensões convencionais do feminino, uma vez que capacita mulheres para o desempenho de atividades voltadas para a esfera do cuidado, que podem ser desenvolvidas no âmbito doméstico.

Palavras-chave: Gênero. Políticas Públicas. Programa Mulheres Mil.

ABSTRACT

This research is part of the discussion on gender perspective in federal public policies for women's professional qualification. Based on the analysis of the "Programa Nacional Mulheres Mil" (National Thousand Women Program), created in 2011, this study aimed to understand, through the courses portfolio, if the qualification offered has led to women's qualification in activities that reinforce traditional roles socially attributed to them in the business market. For this, official documents were examined as a way of understanding the gender perspective in public policy. At the same time, an empirical research was carried out with representatives of the public authorities responsible for formulating the Program, and with a student who had just graduated. The study showed that the traditional gender perspective in the Program is predominant, which has impacts on the formulation of courses, tied to the sexual division of roles and conventional understandings of the feminine, since it empowers women to perform activities related to the care sphere that can be developed at the domestic level.

Keywords: Gender. Public policy. Thousand Women Program.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC/MRE	Agência Brasileira de Cooperação/Ministério das Relações Exteriores
ACCC	Associação dos Collèges Comunitários do Canadá
AMB	Articulação das Mulheres Brasileiras
ARAP	Avaliação e Reconhecimento da Aprendizagem Prévia
BDBTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEFET/RN	Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica do Rio Grande do Norte
CIDA	Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional
CNDM	Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
FWF	Fundação Wall Ferraz
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IF	Instituto Federal
IFPI	Instituto Federal do Piauí
IFRN	Instituto Federal do Rio Grande do Norte
MEC	Ministério da Educação
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMM	Programa Nacional Mulheres Mil
PNPM	Plano Nacional de Políticas para as Mulheres
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PT	Partido dos Trabalhadores
REDENET	Rede Norte-Nordeste de Educação Tecnológica
RNGS	Research Network on Gender Politics and the State
SEMTCAS	Secretaria Municipal de Trabalho, Cidadania e Assistência Social
SEPLAN	Secretaria de Estado do Planejamento
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SPM	Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	12
1	MULHER, TRABALHO E GÊNERO	19
1.1	Gênero: uma categoria de análise das relações sociais	19
1.2	A condição da mulher no mercado de trabalho	26
1.2.1	Divisão sexual do trabalho: os efeitos dos princípios da separação e da hierarquia das esferas pública e privada.....	29
1.2.2	O dilema mulher <i>versus</i> trabalho na sociedade atual.....	31
2	POLÍTICAS PÚBLICAS	39
2.1	O feminismo de Estado: balanço da inserção das feministas no aparelho do Estado	40
2.2	A inserção da questão de gênero na agenda <i>setting</i> brasileira	44
2.3	Políticas públicas com perspectiva de gênero	51
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	54
4	ANÁLISE DO PROGRAMA NACIONAL MULHERES MIL SOB A PERSPECTIVA DE GÊNERO	59
4.1	A formulação do Programa Mulheres Mil	59
4.2	A concepção de gênero no Programa Mulheres Mil	64
4.3	A concepção de trabalho no Programa Mulheres Mil	69
	CONCLUSÃO	77
	REFERÊNCIAS	79
	APÊNDICE	88

INTRODUÇÃO

O Programa Nacional Mulheres Mil (PMM) é uma política pública brasileira, de âmbito federal, específica para mulheres que não possuem renda e encontram-se em situação de vulnerabilidade social. O Programa tem a proposta de aliar a educação à qualificação profissional, para a inserção de mulheres no mercado de trabalho, através de cursos profissionalizantes promovidos gratuitamente pelos Institutos Federais de Educação (IF) do país.

O presente estudo tem como finalidade analisar o PMM à luz da perspectiva de gênero, de forma a compreender se o portfólio dos cursos ofertados pelo Programa prepara as mulheres beneficiárias desse para profissões tradicionalmente vinculadas ao universo feminino. O PMM foi lançado em 2007, como projeto-piloto. No princípio, o seu objetivo era promover a formação profissional e tecnológica de cerca de mil mulheres das regiões Norte e Nordeste do país, até o ano de 2010. As ações foram realizadas em 12 estados dessas regiões, através de um acordo de cooperação internacional com a *Association of Canadian Community Colleges* (ACCC), do Canadá (PACHECO, 2011).

Em 2011, mediante a Portaria nº 1.015, de 21 de julho de 2011, o Programa foi institucionalizado nacionalmente, estendendo-se pelos Institutos Federais de todas as unidades da federação e tendo como objetivo qualificar 100 mil mulheres até o ano 2014. Já em 2013, o PMM passa a ser um componente do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e mantém-se, atualmente, incorporado a esse.

O PMM é uma das ações do Plano Brasil Sem Miséria, do governo federal, pertencendo ao eixo inclusão produtiva, juntamente com outros programas de qualificação profissional. Dessa forma, além da promoção da autonomia das mulheres, propõe a igualdade e erradicação da extrema pobreza, com a proposta de dar respostas ao fenômeno da feminização da pobreza¹, que vem se ampliando em decorrência de múltiplos fatores. Esta pesquisa parte da compreensão de que é importante destacar que a análise sobre a pobreza feminina requer um recorte de gênero.

Verificou-se que o século XX foi marcado por transformações econômicas, políticas e

¹ O termo “feminização da pobreza” foi proposto por Diane Pearce (1978) no contexto das mudanças de padrões de gênero nas linhas de pobreza nos Estados Unidos, entre as décadas de 50 e 70. O crescente aumento do número de famílias pobres chefiadas por mulheres passou a ser parte da retórica governamental e das agências de fomento nos EUA, a partir da década de 70, associado à ampliação da visibilidade de mulheres entre as mais pobres, pelo aumento do divórcio, separações e viuvez (GOMES, 2011). Sen (2010) também trabalha o conceito de feminização da pobreza, que vem chamando atenção para as diferenças salariais entre homens e mulheres e a vulnerabilidade das mulheres chefes de família.

sociais que impactaram na instituição família. Dessa forma, nas últimas três décadas houve mudanças significativas nas famílias e no mercado de trabalho. Novos tipos de família surgiram, havendo também uma redefinição dos papéis sociais de homens e mulheres, no interior das mesmas e em diversos espaços da sociedade. As mulheres, que até pouco tempo atrás tinham responsabilidades limitadas ao espaço doméstico e às atividades reprodutivas, viram seu papel ampliado, assumindo também as atividades produtivas, geradoras de renda e sustento de suas famílias, antes restritas prioritariamente aos homens. O processo de alteração da família nuclear, o aumento da formação de famílias monoparentais femininas, a elevação do número de divórcios e separações e a redução da taxa de fecundidade são fatores que denotam mudanças na família, inclusive na brasileira (GOLDANI, 1994; SORJ, 2005; BRUSCHINI, RICOLD, MERCADO, 2008; SARTI, 2015).

Outras mudanças, como o processo de urbanização e o desenvolvimento das cidades, ao longo ainda do século XX, provocaram, dentre outras questões, a inserção da mulher no mercado de trabalho. Porém, é necessário frisar que as mulheres, desde os períodos pretéritos, trabalharam especialmente nas atividades de subsistência, que incluíam o cultivo de hortaliças e preparação de especiarias, até atividades artesanais. Destaque-se, no entanto, que as mulheres ingressaram no âmbito laboral extraluar inicialmente com a finalidade de promoverem sua autonomia e independência financeira em relação aos homens.

No entanto, ao longo do tempo, com as mudanças sociais e econômicas advindas do processo de desenvolvimento capitalista, às mulheres foi exigida uma maior participação no sustento familiar (OLIVEIRA, 2003), para além das atividades de subsistência e artesanais que sempre desenvolveram. Conforme Bruschini e Lombardi (2003), além de dar respostas às dificuldades econômicas das famílias, devido à reestruturação produtiva, as relativas mudanças relacionadas aos papéis de gênero levaram as mulheres casadas a procurarem emprego fora de casa.

Dessa forma, as mulheres foram cada vez mais se tornando uma parte substancial da força de trabalho corporativo, ainda que longe de alcançarem o espaço destinado aos homens. Isso porque essa mulher, chefe de família, mantém uma interdependência entre vida familiar e vida profissional, dentro de uma realidade em que o trabalho das mulheres ainda é invisível e marcado por desigualdades: rendimentos inferiores, direitos previdenciários negados, obstáculos na divisão sexual do trabalho e pobreza (HIRATA; KERGOAT, 2007).

Conforme Sorj e Fontes (2008), a tendência das famílias chefiadas por mulheres sozinhas, de apresentarem percentuais tão elevados de pobreza monetária se relaciona fortemente com as desigualdades de gênero no mercado de trabalho e nas responsabilidades

familiares. Castro (1999, p. 89) chama atenção para o fato de que o tipo de interpretação que se faz da pobreza feminina “condiciona a interpretação que se pode dar ao alcance estrutural de políticas”, sejam elas políticas voltadas para a geração de emprego, quer sejam compensatórias. Nesse sentido, este estudo parte do entendimento de que o fato do termo gênero estar inserido no conteúdo do PMM, *per si*, não implica que fora adotado com vistas à proposição de cursos de qualificação que visem à redução das desigualdades entre homens e mulheres no âmbito produtivo.

Entretanto, a maior participação da mulher no mercado de trabalho tem sido acompanhada da desigualdade que qualifica sua inserção produtiva, como rendimentos inferiores e obstáculos para sua ascensão a cargos de chefia. Nesse contexto, Bruschini (2007) destaca que a inserção das mulheres mais vulneráveis no mercado de trabalho brasileiro tem se caracterizado, predominantemente, pela precariedade, pois há desigualdades tanto na ocupação quanto na remuneração a que fazem jus. Tais incongruências têm sido apontadas, por parte da literatura, como consequências advindas das construções sociais em torno das mulheres, que definem rigidamente seu papel no âmbito reprodutivo (BRUSCHINI, 2007; BRUSCHINI; RICOLDI, 2009; HIRATA, 2004, 2009; SORJ, 2004, 2013).

Em decorrência disso, as mulheres mantêm uma interdependência entre a vida familiar, atribuída socialmente como de sua responsabilidade, e a produtiva, o que faz com que elas tenham jornadas extenuantes de trabalho para conciliarem tais tarefas. Como consequência, as mulheres não desfrutam das mesmas oportunidades que os homens no âmbito laboral. Segundo dados do IBGE (2012), das 50 milhões de famílias entrevistadas, 37,3% tinham a mulher como responsável, contribuindo com cerca de 40% da manutenção das despesas do lar. Dessa forma, percebe-se que as transformações da sociedade, com novas exigências para as mulheres, não estão sendo acompanhadas de igual tratamento dado a elas no mercado de trabalho, que permanece segmentado e sexista.

Uma das formas de reduzir essas desigualdades é via políticas públicas, a exemplo do Programa Nacional Mulheres Mil (PMM), objeto de estudo desta pesquisa. Para tanto, é essencial que as estruturas de políticas públicas sugeridas sejam sensíveis às questões de gênero e, ao mesmo tempo, provoquem a equidade no mundo do trabalho. Isto posto, para compreender como as diferenças que marcam as relações entre homens e mulheres no mercado de trabalho têm sido construídas, é necessário inserir a discussão quanto à temática gênero na análise de políticas públicas de qualificação profissional com foco nas mulheres, uma vez que essas podem alterar, ou até mesmo reforçar, padrões tradicionais de gênero.

Este trabalho adota o conceito de concepção de gênero da historiadora americana Joan

Scott (1995), por compreender que as construções sociais em torno dos papéis que as mulheres devem ocupar na sociedade conduzem à sua inserção produtiva em ocupações feminizadas e precárias, retomando a ordem de gênero. Conforme Scott (1995), gênero é uma categoria de análise para compreender as assimetrias entre homens e mulheres, tradicionalmente vinculadas às diferenças biológicas e que determinam os papéis que cada um deve desempenhar na sociedade, e que, portanto, devem ser superadas. No entanto, a compreensão de Saffioti (2015), que pressupõe a análise de gênero associado a outros fatores de desigualdades e ao termo patriarcado, uma ideologia sexista que hierarquiza homens e mulheres, colocando-as em condição de subalternas, em detrimento dos homens, bem como se nos interioriza diferentes grupos sociais e instituições, a exemplo do Estado; no caso desse último, mediante as políticas públicas, é também adotada pela pesquisa.

Optou-se por adotar, conjuntamente, estas concepções: o conceito de gênero para Scott (1995), e patriarcado para Saffioti (2015), em decorrência da persistência das desigualdades entre homens e mulheres no âmbito produtivo, que advém, segundo a literatura adotada por esta pesquisa, das construções sociais em torno dos papéis que homens e mulheres devem ocupar na sociedade (HIRATA; KERGOAT, 2007).

Diante do exposto, é imperativo refletir sobre como a ação estatal, por meio das políticas públicas com enfoque em gênero, tem enfrentado os problemas e as questões relacionados às mulheres no mercado de trabalho. A preocupação com o tema surgiu a partir da experiência como Coordenadora do Programa Mulheres Mil, no Instituto Federal do Piauí, no período entre 2014 e 2015. Nesse ínterim, foi possível compreender o processo de elaboração e o de execução da política pública no IFPI campus Teresina Zona Sul. Em relação a essa etapa, pôde-se acompanhar desde a escolha das comunidades que seriam beneficiadas pela qualificação profissional proposta pelo Programa, ter um contato direto com as beneficiárias e suas aspirações profissionais e verificar o processo de definição dos cursos ofertados, o que permitiu obter uma visão panorâmica da política pública naquele campus.

No entanto, foram os cursos ofertados pelo Programa que despertaram maior interesse pela pesquisa, uma vez que, a partir desses, percebeu-se como se caracterizam sob a ótica de gênero e se sua propositura levaria a qualificações profissionais para mulheres em áreas tradicionalmente femininas, ou se por outro lado, criariam possibilidades de as mulheres competirem no mercado de trabalho, em condição de igualdade com os homens. Dessa forma, propôs-se uma reflexão sobre as assimetrias de gênero existentes na qualificação para o mercado de trabalho, a partir dos cursos propostos pelo PMM.

Para balizar a discussão proposta por esta pesquisa, foi realizada busca no Portal de

Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), no qual foram localizados 12 artigos científicos, porém, esses não focalizavam a qualificação profissional proposta pelo PMM. Já na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDBTD), foram localizadas 32 dissertações que versavam sobre o Programa, em que oito trabalhavam a temática capacitação profissional: cinco trabalhos versaram sobre a inserção de egressas no mundo do trabalho (RIBEIRO, 2013; LOPES, 2015; TELES, 2015; SILVA, 2016; DAMASCENO, 2017), um trabalho sobre a qualificação profissional (MANTOVANI, 2015) e um trabalho versava sobre as assimetrias de gênero na qualificação profissional (GOIS, 2016). Os dois últimos trabalhos citados, Mantovani (2015) e Gois (2016), apesar de tratarem sobre a qualificação profissional do Programa, analisam cursos específicos dos IFs dos estados do Paraná e do Tocantins, respectivamente.

Assim, as análises forneceram subterfúgios para pensar as lacunas não contempladas pelas pesquisas ao analisarem essa política pública específica. Diante do exposto, os sete trabalhos analisados pouco revelaram sobre como o Programa, a partir de sua formulação, tem pensado a capacitação profissional para as mulheres, de forma ampla, e, dessa forma, se os cursos propostos contribuem para reforçar os padrões de gênero quanto aos papéis sociais que mulheres devem desempenhar na sociedade e, mais especificamente, no âmbito laboral. O que incita uma investigação mais aprofundada do programa Mulheres Mil, nessa perspectiva.

A relevância desta pesquisa está em contribuir com o incipiente debate quanto à construção de uma agenda de enfrentamento das desigualdades de gênero no mercado de trabalho, a partir das políticas públicas para mulheres. Tal esforço revela, também, como a ação estatal tem traduzido as demandas oriundas dos movimentos feministas e das feministas inseridas nas engrenagens do Estado, as femocratas, em prol da inserção da problemática de gênero no conteúdo das políticas públicas e programas governamentais brasileiros. Somado a isso, conforme Sen (2010), trabalhar fora de casa e auferir uma renda independente tende a produzir um impacto claro sobre a melhora da posição social da mulher em sua casa e na sociedade. Sua contribuição para a prosperidade da família, nesse caso, é mais visível, e a mulher também ganha mais voz ativa, pois depende menos de outros.

Dessa maneira, o questionamento central deste estudo é: a concepção de gênero do Programa Mulheres Mil reforça o papel tradicional da mulher no mercado de trabalho? Entende-se por papel tradicional da mulher as atividades assumidas inteiramente pelas mulheres no âmbito familiar e doméstico, que possuem menor valor social, menor prestígio e menor remuneração (HIRATA; KERGOAT, 2007). Como tradicionais, destacam-se ainda as atividades relacionadas ao cuidado e à maternagem, socialmente atribuídas às mulheres como

papéis que devem ser, rigidamente, por elas cumpridos (SAFFIOTI, 1987). Dentre essas atividades estão o preparo de alimentos, a limpeza, o cuidado com as crianças e com os mais idosos (BRUSCHINI; RICOLDI, 2009).

Assim sendo, a hipótese da pesquisa firma-se nos pressupostos de que o PMM, enquanto política pública de equidade de gênero no campo do trabalho, propõe a diminuição das desigualdades de gênero no mundo laboral, mas, ao mesmo tempo, reproduz as já conhecidas hierarquias entre homens e mulheres, uma vez que boa parte das mulheres recebe uma qualificação profissional voltada para atividades tradicionalmente vinculadas à elas, que reforça a naturalização de seu papel cuidador e reprodutor.

Nessa perspectiva, o objetivo geral da pesquisa consiste em analisar se a qualificação profissional promovida pelo PMM reforça os estereótipos vinculados à mulher no mercado de trabalho, ou permite posturas emancipatórias. Para alcançar a meta geral, os objetivos específicos são: identificar a percepção de gênero presente no Programa; verificar o significado atribuído a trabalho feminino, no conteúdo daquele; analisar, a partir dos cursos propostos por ele, se há o reforço de atividades tradicionais socialmente atribuídas às mulheres.

De acordo com Farah (2004), a análise de políticas públicas e programas governamentais, a partir da perspectiva de gênero, permite a verificação de como iniciativas do Estado têm contribuído, ainda que de forma incipiente, para modificar a situação de subordinação e de dominação das mulheres, profundamente arraigada na sociedade brasileira. Há, portanto, a persistência das desigualdades de gênero e de sua capacidade de se reorganizar em novos contextos (GAMA, 2014), acometendo de forma mais severa as mulheres, o que aponta para reflexões quanto aos limites da democracia vigente.

Dessa forma, neste estudo opta-se por uma análise pautada na teoria crítica, posto que essa busca a essência dos fatos sociais e analisa como as identidades são construídas por meio de práticas sociais como o trabalho, observando que poder e sexualidade estão entrelaçados nas relações trabalhistas. No Programa Mulheres Mil, por ser uma política pública que versa sobre trabalho, a perspectiva marxista permite, de forma mais ampla, a compreensão de que o ambiente produtivo é importante para a análise da reprodução da desigualdade de sexo/gênero, à medida que expõem a conexão entre patriarcado e capitalismo.

Para cumprir seus objetivos, esta pesquisa está estruturada em três partes, além da introdução e da conclusão. No Capítulo 1, parte-se da análise da trajetória do conceito de gênero enquanto categoria de análise das relações sociais, inserindo-o nas três grandes “ondas” do movimento feminista. A finalidade principal é compreender como os padrões de

gênero são postos e/ou superados através das instituições ao longo da história. Apontando o trabalho como elemento fundante da sociabilidade humana, discute-se o processo de produção e reprodução das desigualdades nas esferas doméstica e produtiva, com vistas a compreender como as relações de gênero atravessam essas questões, posto que entendemos que as desigualdades que afetam as mulheres no mercado de trabalho derivam das construções sociais em torno do papel da mulher, que não comportam seu papel na esfera pública. Entendemos que o trabalho reservado às mulheres na esfera produtiva, bem como a sua precarização e baixa remuneração, reflete sua posição na hierarquia de gênero existente tanto na família quanto no mundo do trabalho.

No segundo capítulo, tendo como base os pressupostos de Kingdon (1995), na definição da situação da mulher como problema público passível de resolutividade pela esfera estatal, discute-se como as mulheres adentraram a agenda *setting* brasileira. Para tanto, partiu-se da análise do arrefecimento do movimento feminista, que contribuiu para a inserção das feministas no aparelho do Estado, que teve como consequência a ampliação do debate e a institucionalização da questão de gênero pela ação estatal, através das políticas públicas, como forma de combater as fortes assimetrias que ainda marcam as relações entre homens nas diversas arenas sociais.

Ainda no segundo capítulo e com base no referencial teórico adotado, analisamos como as mulheres ingressaram nas políticas públicas, traçando a trajetória da questão de gênero na agenda *setting* brasileira e oferecendo um balanço de publicações recentes que debatem a perspectiva de gênero no conteúdo de políticas públicas para as mulheres.

No terceiro capítulo, explanam-se, detalhadamente, os procedimentos metodológicos que serão adotados na pesquisa, como forma de alcançar os objetivos propostos e responder ao problema da pesquisa. Nesse sentido, buscando elucidar se a qualificação profissional promovida pelo PMM reforça os estereótipos vinculados à mulher no mercado de trabalho ou permite posturas emancipatórias, adotamos como metodologia a pesquisa qualitativa, e como métodos, a análise documental dos documentos oficiais do Programa e a realização de entrevistas semiestruturadas com as formuladoras da política pública.

No quarto capítulo, com base no referencial teórico adotado e das categorias de análise, gênero e trabalho, fazemos uma análise dos dados da pesquisa sobre a formulação do Programa Mulheres Mil e as relações de gênero que marcam a política pública quanto à proposição dos cursos de qualificação profissional. No decorrer da análise inferimos sobre as permanências e mudanças nos padrões tradicionais de gênero, através da proposição dos cursos. Seguem as conclusões da pesquisa.

1 MULHER, TRABALHO E GÊNERO

Discutir mulher, trabalho e gênero remete-nos a uma análise sobre os papéis sociais tradicionalmente atribuídos a homens e mulheres, à divisão sexual do trabalho e à luta das mulheres pela igualdade de gênero.

A trajetória do conceito de gênero, enquanto categoria de análise das relações sociais, relaciona-se com o feminismo, um movimento que tem, nas suas origens, como bandeira central, a luta pela igualdade entre homens e mulheres, e que ganha projeção com o sufragismo², embora se deva admitir que a luta contra as relações assimétricas de gênero remonta a diferentes épocas e sociedades³.

Isto posto, neste capítulo, contextualiza-se o processo de construção do conceito de gênero no âmbito do movimento feminista e estudos sobre as mulheres, e discorre-se, ainda, sobre a condição da mulher no mercado de trabalho, com a posterior análise do discurso sobre a qualificação profissional de mulheres na atualidade, na tentativa de situar o debate quanto à subordinação da mulher no âmbito laboral.

1.1 Gênero: uma categoria de análise das relações sociais

A finalidade desta seção é propor uma reflexão que perpassa a compreensão sobre os contornos e as configurações adquiridas pelo termo gênero, pela importância que tem para entendermos como determinados padrões de gênero são reproduzidos ou superados nas mais variadas instituições, a exemplo do Estado, mediante políticas públicas focalizadas na mulher, como o Programa Mulheres Mil, objeto da pesquisa. Dessa forma, discute-se, brevemente, o percurso percorrido pelo conceito de gênero, relacionando-o com as três ondas do movimento feminista, conforme proposto por Hita (2002). É importante afirmar que apesar da divisão do feminismo em ondas, uma etapa não anula por completo a outra.

Ao longo da história, sustentou-se que as diferenças que marcam homens e mulheres nas diversas arenas sociais tinham origem nas diferenças biológicas de ambos. Nesse aspecto, características fisiológicas das mulheres, como estatura menor, menor força muscular, dimensões do cérebro e o processo reprodutivo eram aceitas, nos discursos científicos e na sociedade em geral, como válidas para analisar e inferiorizar a mulher, o que evidencia o

² Nye (1995) traz a importância do sufragismo, ou movimento voltado para estender o direito ao voto às mulheres na virada do século XIX, como catalisador das manifestações contra a discriminação feminina, dando a essas maior visibilidade e expressividade.

³ Connell e Pearse (2015) fazem um resgate histórico dos primeiros escritos sobre a condição da mulher.

poder simbólico na aceitação das discriminações (GIFFIN, 1991; NYE, 1995). Aos homens foram atribuídos aspectos relacionados à força, inteligência e capacidade para ocupar os melhores postos de trabalho. Dessa forma, as supostas diferenças fisiológicas entre homens e mulheres foram usadas como pretexto para justificar a superioridade masculina em detrimento da feminina (GIFFIN, 1991; NYE, 1995).

No entanto, a subordinação feminina derivada do caráter natural irrevogável passou a ser questionada pelas diversas correntes do pensamento feminista, defendendo que a opressão e a subordinação da mulher estariam relacionadas às construções sociais, e não às diferenças biológicas (SCOTT, 1995, PISCITELLI, 2009). Para Piscitelli (2009), as correntes do pensamento feminista, desenvolvidas nos Estados Unidos e na Inglaterra a partir da década de 1960, trazem explicações diversas quanto às causas da origem da opressão das mulheres e dos mecanismos apropriados para livrar-se delas. Dessa forma, conforme ainda Piscitelli (2009), em cada corrente teórica, usualmente se identifica uma causa central para a opressão da mulher e, a partir das conclusões obtidas, constrói-se uma argumentação que tem a intenção de destruir tal causa como o caminho lógico para a emancipação das mulheres.

Num contexto de efervescência dos movimentos sociais e de produções teóricas sobre a mulher, observou-se, nas últimas décadas, o processo de rompimento do paradigma biológico relativo às diferenças entre os sexos, como forma de analisar o tema “mulher”. Nessa conjuntura, um novo conceito emergiu: “gênero”. O objetivo era usar gênero como substituto do termo mulher, de forma a contemplar as mais variadas identidades e para conseguir financiamento para os estudos, posto que o mesmo precisava ter legitimidade científica e sair do âmbito do ativismo político do feminismo (HITA, 2002).

Segundo sua definição, as diferenças que se observam nas relações entre homens e mulheres não são de origem biológica, mas de caráter social e cultural (SCOTT, 1995). Ao tratar de gênero, é necessário estabelecer uma categoria analítica tendo como base a literatura feminista que trabalha o termo em seus múltiplos aspectos. Esta pesquisa adotou a perspectiva de Saffioti (1987), que confere um caráter social atribuído ao gênero e pressupõe uma análise associada a outros fatores de desigualdades e ao termo patriarcado, uma ideologia sexista que hierarquiza homens e mulheres, colocando essas em condição de subalternas, que atribuem um significado e papel à mulher.

Ao adotar o conceito de gênero como referência para a análise, procura-se chamar a atenção para a construção social e histórica do feminino e do masculino, e para as relações sociais entre os sexos, marcadas em nossa sociedade por uma forte assimetria. Logo, gênero, nas sociedades contemporâneas atuais, é uma construção social de papéis que diferenciam

hierarquicamente o lugar e as tarefas desempenhadas por homens e mulheres. Às mulheres cabe o ambiente privado e cuidado do lar. Os homens cuidam dos assuntos públicos apoiados por mulheres. A desconstrução dos papéis sociais é a tônica dos estudos sobre gênero.

Com efeito, evidencia-se a reiterada ausência das mulheres do exercício do poder, tanto no setor público como no privado, e das esferas de representação política, onde são tomadas decisões de caráter coletivo que interferem na dinâmica social. Tais decisões, conforme Matos e Biroli (2018), reafirmam os padrões históricos que determinam os papéis entre os sexos.

Historicamente, gênero vai adquirindo configurações variadas, conforme o contexto social, político e histórico, sendo atravessado por disputas de diferentes correntes teóricas, inclusive no interior do próprio feminismo, em cada fase ou “onda” do movimento. Essas fases, para fins de compreensão, são divididas de várias formas, e conforme as perspectivas teóricas, assim como vão influenciar na construção de conceitos e nas análises das relações de gênero.

Para Hita (2002, p. 320), as etapas do feminismo podem ser analisadas a partir da frase de Pierucci (1999 *apud* HITA, 2002, p. 320), “da igualdade à diferença e desta às diferenças”. Dessa forma, para Hita (2002), do século XIX até a década de 1960, a luta pela “igualdade” era tema central do movimento e o pensamento feminista que iria caracterizar a primeira onda do movimento. Defendia-se a existência de um sujeito universal, que representava tanto homens como as mulheres, devendo os mesmos terem direitos iguais. Com o sufrágio, o movimento feminista ganha mais expressão junto à luta por outros direitos, como a ter posses, bens e educação. Nye (1995) traz a importância do sufrágio, ou movimento voltado para estender o direito do voto às mulheres, na virada do século XIX, como catalisador das manifestações contra a discriminação feminina, dando a essa maior visibilidade e expressividade.

No que concerne à centralidade na igualdade, Hita (2002, p. 325) afirma que “as diferenças observáveis entre os sexos eram atribuídas pela corrente da igualdade a diferenças apreendidas artificialmente (culturalmente) e não a uma diferença advinda da própria natureza”. Dessa forma, admitia as diferenças anatômicas, mas negava o determinismo biológico. Segundo esse entendimento, por reconhecer mulheres e homens como iguais, poderia se acabar com as relações de opressão e subordinação e estabelecer relações de igualdade. Portanto, ser diferente representava desigualdade.

Retomando a análise proposta por Hita (1998), verificou-se que há a construção de uma polarização binária entre os gêneros, em que a diferença passa a ser uma categoria

central de análise, fundamental na definição de estratégias de ação. Conforme as teóricas e os teóricos da diferença, o conceito de gênero remete a traços culturais femininos (ou, no polo oposto, masculinos) construídos socialmente sobre a base biológica.

Já Alvarez (2014, p. 17-18), ao retratar os feminismos sul americanos, não considera a “primeira onda” em suas análises, afirma que houve três momentos nas trajetórias dos feminismos: 1) um primeiro momento de “centramento” e a configuração do “feminismo no singular”; 2) um segundo momento de “descentramento” e pluralização dos feminismos e do “*mainstreaming*” (fluxo ou transversalidade vertical) do gênero; 3) um terceiro momento, o atual, em que presenciamos o que a autora denomina de “*sidestreaming*”, o fluxo horizontal dos discursos e práticas de feminismos plurais para os mais diversos setores paralelos na sociedade civil, e a resultante multiplicação de campos feministas.

No final da década de 60 houve o desdobramento da “segunda onda” do feminismo, que se voltara para as construções propriamente teóricas, além das sociais e políticas anteriormente iniciadas, tendo como objetivo garantir às mulheres a igualdade de acesso e representação na vida pública (AVELAR, 2013). Essa fase tem como tema central a “diferença”, reivindicando o direito às especificidades da mulher. Embora continuasse, como na fase anterior, com uma ideia de sujeito universal, esse não era mais “o homem, ser humano”, mas a mulher. Há, na conjuntura internacional, um questionamento dos tradicionais arranjos sociais, das discriminações e das teorias universais, o que favorece o surgimento de novos paradigmas para explicar as diversidades sociais (MISKOLCI, 2005; ALVAREZ, 2014).

Dessa forma, a igualdade enfatizada pelo feminismo da primeira onda passou a ser questionada, no final dos anos 80, pelas próprias feministas que fizeram a transição da igualdade para a diferença. Segundo Farah (2004, p. 48):

O feminismo da diferença rejeitou pressupostos do feminismo da igualdade, que afirmava que as únicas diferenças efetivamente existentes entre homens e mulheres são “biológicas-sexuais”, e que as demais diferenças observáveis são culturais, derivadas de relações de opressão e, portanto, devem ser eliminadas para dar lugar a relações entre seres iguais.

No Brasil, a “segunda onda” apresentou manifestações que iam muito além das relativas aos direitos políticos, econômicos e educacionais. Segundo Pedro (2013), o movimento no país foi extremamente inspirado nos movimentos que se multiplicavam no exterior, porém, continha especificações devido às suas conjunturas políticas. O país vivia sob uma ditadura militar que colocava obstáculos à liberdade de expressão e levava, como reação, a lutas políticas e sociais com viés esquerdista. Nesse cenário de privações, o movimento

feminista coligou-se a grupos e partidos de oposição esquerdistas que reivindicavam um Estado democrático. É importante destacar que as manifestações iniciais das mulheres giravam em torno do retorno da democracia no Brasil, enquanto manifestações quanto às demandas específicas das mulheres ficaram em segundo plano (CORREA, 2001; CARDOSO, 2004).

Em decorrência disso, Pinto (2010) e Miranda (2015) afirmam que as questões do trabalho e dos problemas da mulher trabalhadora brasileira tiveram, inicialmente, prioridade, em detrimento de outras pautas da “segunda onda”, em outras partes do mundo como Estados Unidos e Europa, como as ligadas à sexualidade, ao corpo e à violência, assumidas posteriormente nas lutas sociais. Esse posicionamento do movimento feminista foi denominado por Pedro (2013) de “feminismo à brasileira”. Segundo a autora, enquanto nos países centrais do capitalismo mundial o inimigo principal das feministas era o patriarcado, no Brasil, os embates ficaram centralizados nas lutas gerais, como oposição à ditadura e busca de melhorias sociais.

Para Saffioti (2015), entre os anos 1960 e 1970, as denominadas feministas radicais deram uma grande contribuição aos estudos sobre mulheres, com o uso do conceito de patriarcado numa perspectiva histórica, visando a explicar a dominação masculina e as relações dela resultantes.

O conceito de patriarcado, no entanto, vem sofrendo atualizações pelas teóricas feministas. Facio (1999) argumenta que parte das autoras que trata sobre a temática passou a defini-lo como a manifestação e institucionalização do domínio masculino sobre as mulheres, sobre meninos e meninas da família, que se estende pela sociedade em geral; outra parte afirma que significa a tomada do poder histórico dos homens sobre as mulheres, cujo agente ocasional foi a ordem biológica. Em síntese, o conceito de patriarcado passou a ser compreendido, majoritariamente, como o sistema de dominação dos homens sobre as mulheres, com base na ideia de inferioridade biológica dessas (FACIO, 1999). De acordo com o conceito dominante, a superioridade masculina está imbricada na sociedade, em diversas arenas sociais, inclusive no Estado e em suas ações.

Entretanto, a natureza patriarcal do Estado não é considerada estática. Afirma-se que forças dominantes modernizaram a posição feminina ao permitirem a participação plena das mulheres no mercado de trabalho. Porém, simultaneamente, o Estado tem neutralizado as exigências feministas, através de várias concessões, as quais, embora melhorem a situação, não eliminam os obstáculos fundamentais para a igualdade feminina (STROMQUIST, 1995, p. 29).

Saffioti (1987), ao analisar a organização social de gênero na sociedade brasileira, argumenta que historicamente a mulher foi colocada num papel de subordinação em relação ao homem, fato que se relaciona com o patriarcado, base ideológica das assimetrias e violência de gênero, assim como as justificativas que permitem a manutenção do domínio sobre as mulheres e que têm origem nas diferenças biológicas entre os sexos.

Em obra anterior, Saffioti (2015) denominou de sistemas de dominação-exploração a tríade patriarcado - racismo - capitalismo. Segundo a autora, examinando-se os três sistemas, é possível compreender as discriminações diariamente praticadas contra as mulheres na sociedade brasileira. Alerta, no entanto, que tais sistemas são imbricados e, portanto, não é possível compreendê-los separadamente, senão didaticamente.

Nesse aspecto, é importante destacar o papel das feministas radicais e sua contribuição no desenvolvimento de uma perspectiva ampla e fluida, exigindo não apenas a transformação das estruturas legais e políticas que sustentavam o regime patriarcal, mas também das instituições sociais e culturais, tais como família, igreja, academia, e mesmo a linguagem (OKIN, 2008, p. 313). Dessa forma, essas feministas, mas não exclusivamente elas, passaram a prestar atenção na política, no que tinha sido previamente definido como não político: a esfera pessoal da sexualidade, do trabalho doméstico e da família (OKIN, 2008).

Para isso, as feministas radicais demonstraram que as desigualdades no interior da família estavam inter-relacionadas às desigualdades dos homens e mulheres no mundo do trabalho e da política (NYE, 1995). Portanto, passaram a questionar a separação entre espaço público e privado, que até então encobria a dominação patriarcal e a opressão que aconteciam em âmbito doméstico. Trazendo forte contribuição para percebermos as relações entre as esferas pública e privada, de forma indissociável, como instrumentos de opressão vivenciada pela mulher (OKIN, 2008).

Nesse cenário, fica em evidência a expressão “o pessoal é político”, que representou um marco na teoria política feminista em diversas correntes teóricas (OKIN, 2008; PISCITELLI, 2009). A expressão contém um forte apelo à vida pessoal e às relações que ocorrem no âmbito privado e que não eram debatidas pelo poder público (OKIN, 2008). Isto é, os domínios da vida familiar e doméstica, da sexualidade, da reprodução, da maternidade, entre outros, passaram a ser compreendidos como organizados por relações de poder e, portanto, a ter impacto profundo na construção das desigualdades perenes e continuadas entre homens e mulheres (MATOS; PARADIS, 2016). Segundo ainda Matos e Paradis (2016), um dos grandes feitos dessa corrente foi expor o problema da violência doméstica, questão até então negligenciada pelas demais correntes.

A segunda onda do movimento feminista criou um sujeito político, a mulher, buscando explicar a origem e estratégias de combate à subordinação, através de estudos sobre mulher, opressão e patriarcado. A partir dos anos 1980, as produções teóricas se ampliam, abarcando outros temas como gênero e políticas públicas de viés feminista, em que “a categoria gênero passou a ser reconhecida como importante para a análise histórica” (CONNEL; PEARSE, 2015, p. 139).

Na década de 1990, os estudos sobre mulheres passam a ser chamados de “estudos de gênero”, mesmo havendo um embate, inclusive no interior do movimento, passando a envolver questões relacionadas a lésbicas, gays e transgêneros, assim como estudos que não eram de caráter feminista sobre gênero, uma realidade que também já se consolidava no Brasil.

Os estudos sobre gênero permitiram sair da esfera meramente política, que inviabilizava a legitimidade científica das produções, assim como seu aspecto relacional possibilitou o estudo de masculinidades e feminilidades (MEDRADO; LYRA, 2008). Para Connel e Pearse (2015), os estudos de gênero passaram a se voltar menos para questões relacionadas às peculiaridades das mulheres e se ampliaram para temas como sexualidade, identidade, diferenças, etc., havendo uma forte influência do pós-estruturalismo.

É, portanto, nesse contexto que ocorre a transição para a “terceira onda” do feminismo, do final do século XX para o XXI, cuja característica principal é o questionamento das categorias tidas como rígidas e imutáveis, a exemplo de identidade e mulher, bem como tem como crítica central a exclusão dentro do próprio movimento, posto que não contemplavam mulheres negras, pobres, lésbicas e outras identidades de gênero, mas um sujeito mulher universal, que representava a mulher branca, hetero e de classe média.

Pelas abordagens feitas até aqui, conclui-se que os estudos de gênero permitiram iniciar o processo de desnaturalização das construções sociais em torno dos papéis tradicionalmente conferidos a homens e mulheres, e as relações de gênero, enquanto relações sociais, que envolvem relações de poder, tendo como pano de fundo ideologias sexistas como o patriarcado, que põem a mulher numa condição de subordinada, de tal forma que isso se reproduz em diversas instituições, como a família, o Estado e o mercado. Ter isso claro é imperioso, em razão da proposta deste estudo, que analisa uma política de qualificação de mulheres para o mercado de trabalho, discutindo sobre a divisão sexual do trabalho e os efeitos que produz, para só então analisar o dilema mulher e trabalho na sociedade atual, que oferecerá as bases para analisar o recorte de gênero dado ao Programa Mulheres Mil, quando da definição dos cursos de capacitação profissional.

1.2 A condição da mulher no mercado de trabalho

Abordar a condição da mulher no mercado de trabalho requer uma análise de gênero e contextualizar a discussão em torno das mudanças ocorridas na esfera da produção caracterizada pela reestruturação produtiva do sistema capitalista, posto que essa incide na gestão do trabalho, nos direitos e, portanto, na precarização das condições de trabalho, por haver uma flexibilização produtiva que visa reduzir custos e ampliar a lucratividade. Conforme Abramo (2007), a desvalorização e a secundarização do papel da mulher no mundo do trabalho e na sociedade contribuem para reforçar os padrões que sustentam a desigualdade de gênero. Logo, há a necessidade de desconstruir tais papéis e, portanto, a assimetria contida neles.

Hirata (2002) afirma que as desigualdades de gênero têm relação com o sistema capitalista, visto que ele necessita, para a preservação da sua dominação, do trabalho feminino, tanto no espaço produtivo como no reprodutivo, preservando, em ambos os casos, os mecanismos estruturais que geram a subordinação da mulher.

Nesse contexto, prevalecem as forças de mercado, que atingem a classe trabalhadora de um modo geral e, mais especificamente, as mulheres. As grandes redes globalizadas orientadas por padrões tradicionais de gênero, aproveitando-se da condição social das mulheres, por um lado ampliam a participação das mulheres no mercado de trabalho, mas por outro, pagam baixos salários, estabelecem longas jornadas e com poucas ou nenhuma garantia trabalhista (GAMA, 2014).

Como forma de compreender como a questão de gênero atravessa as relações de trabalho e a reestruturação produtiva é necessário analisar como têm se articulado as esferas de produção e reprodução social, no sentido de problematizar essa questão. Conforme Gama (2014), as relações sociais construídas por homens e mulheres firmaram-se por meio do trabalho. Dessa forma, parte-se do entendimento defendido pela autora, segundo o qual o trabalho permanece sendo o eixo fundamental da sociabilidade humana, tanto o trabalho que transforma a natureza quanto aquele que transforma o próprio ser humano. Nesse sentido, Lessa (2006, p. 46) afirma que “o trabalho impulsiona o ser social para além do próprio trabalho, dando origem a necessidades e relações sociais que não mais podem ser reduzidas ao trabalho enquanto tal”. A esse processo Gama (2014) denomina reprodução social, que compreende o modo fundado no trabalho, que origina relações entre os homens que vão além do trabalho.

No entanto, Lessa (2006, p. 8) adverte que a organização social humana não se limita

ao trabalho, insere-se em “um conjunto total de relações e complexos sociais que compõem as sociedades em cada momento histórico”, portanto, deve ser analisado em sua totalidade social. Tomando como ponto de partida o modo de produção capitalista⁴, em que há o desenvolvimento das relações de trabalho baseadas na exploração dos sujeitos, Gama (2014) ressalta que há uma nova concepção de trabalho, contrária ao modo de produção escravista, como uma atividade objetificada, mediante contrato de trabalho, obtenção de salário e da apropriação do tempo do assalariado pelo capitalista (GAMA, 2014).

Como consequência do contrato de trabalho, Gama (2014) destaca as alterações que ocorreram nas duas dimensões do trabalho (esferas de produção e reprodução social), como o contrato sexual (PATEMAN, 1993), a invisibilidade do trabalho reprodutivo, o status inferiorizado das mulheres e o teor e a natureza das relações familiares. Conforme ainda Gama (2014), as alterações realizadas passaram a ser interpretadas como “unidades de consumo”, provocando uma verdadeira clivagem entre ambas. Nesse processo, a esfera produtiva passa a ter maior importância, em detrimento da reprodutiva, o que passa a ser aceito e disseminado pela sociedade, inclusive pelo conhecimento científico.

Analisando a situação das mulheres ao serem inseridas no mercado de trabalho, Gama (2014) destaca que a separação e hierarquização do trabalho, em esferas distintas, trarão consequências importantes para as mulheres, pois elas serão alocadas de forma desigual, em relação aos homens, tanto no âmbito produtivo quanto no reprodutivo.

Quanto ao trabalho doméstico, Saffioti (1987) observa que há a presença de maior número de mulheres em atividades não estruturadas segundo o modelo capitalista, como a atividade doméstica ou mercado informal de trabalho. Tais atividades, por serem consideradas menos rentáveis, os capitalistas não tiveram interesse em explorar e não por acaso são empregos que atraem mais mulheres.

Gama (2014) ressalta que a realização do trabalho doméstico de forma gratuita pelas mulheres, no interior das famílias, é baseada na disponibilidade de tempo e nas construções sociais em torno da manutenção do lar e da educação dos filhos como atributos exclusivos inerentes às mulheres. Para Andrade (2015), a caracterização do trabalho doméstico como improdutivo impedia a realização de uma reflexão que permitia atribuir o trabalho realizado pelas mulheres fora do âmbito da produção de mercadorias como sendo a base econômica de sua opressão.

⁴ Conforme Saffioti (1987, p. 41), “o capitalismo é um sistema de produção baseado na exploração da mão de obra assalariada, com o auxílio de tecnologia crescentemente sofisticada”.

No entanto, é necessário destacar que tais desigualdades de gênero têm relação com o sistema capitalista, visto que ele necessita, para a preservação do seu sistema de dominação, do trabalho feminino, tanto no espaço produtivo quanto no reprodutivo, preservando, em ambos os casos, os mecanismos estruturais que geram a subordinação da mulher.

Conforme Gama (2014), ao longo da história, os trabalhos produtivo e reprodutivo organizaram-se rigidamente na definição dos papéis de gênero que homens e mulheres deveriam assumir na sociedade. No entanto, Gama (2014) destaca que houve alterações substanciais na organização do trabalho, que não mais comporta a inflexibilidade imposta no período pretérito. O caso brasileiro, conforme a autora, é emblemático, pois devido às desigualdades existentes entre as classes sociais, consentiu-se que houvesse a incorporação maciça da mulher no mercado de trabalho sem, no entanto, promover discussões e mudanças no tocante à divisão do trabalho doméstico.

No entanto, a maior participação da mulher no âmbito laboral está associada à precarização do seu trabalho, acarretando uma acentuação das desigualdades entre os sexos (NOGUEIRA, 2012). De acordo com Antunes (2003), a expansão do trabalho feminino depara-se com um movimento inverso, quando da questão salarial. Conforme sua análise, os níveis de salários das mulheres são, em média, inferiores aos recebidos pelos trabalhadores, o que se estende em relação aos direitos sociais e do trabalho. Contudo, para Bruschini, Ricoldi e Mercado (2008, p. 22), se no caso de mulheres com baixa instrução há uma precarização do trabalho feminino, no caso das mais instruídas, os postos de maior prestígio e melhor remuneração, considerados tradicionalmente como masculinos, vêm sendo ocupados por mulheres, caracterizando, assim, as duas faces da ampliação da inserção da mulher no trabalho remunerado.

O fato é que evidências mostram que quando as mulheres estão empregadas e têm sua própria fonte de renda, existem benefícios diretos e indiretos para elas e suas famílias (ILO, 2010). Tais benefícios incluem o bem-estar e o empoderamento das mulheres em termos de tomada de decisão no lar e na comunidade, melhor saúde e nutrição, aumento da frequência escolar de crianças, particularmente meninas em idade escolar, e melhor gestão da fertilidade, levando a um melhor planejamento familiar e a um número equilibrado de crianças (ILO, 1999).

Nesse sentido, a promoção de igualdade de acesso às oportunidades de emprego e renda a homens e mulheres que estão disponíveis para o trabalho, através de políticas públicas de emprego que integram a perspectiva de gênero, não é apenas um direito humano, mas é essencial para o crescimento econômico e o progresso social das mulheres.

1.2.1 Divisão sexual do trabalho: os efeitos dos princípios da separação e da hierarquia das esferas pública e privada

A compreensão da importância da mulher na sociedade vem sendo embasada pelas relações sociais de gênero, compreendidas como socialmente construídas, de tal forma que definem o que cabe ao homem e o que cabe à mulher. Assim, nessa concepção, as condições de vida da mulher seriam determinadas, entre outros fatores, pela sua relação social com o homem, historicamente desenvolvida numa condição de subalternidade social, explicadas pelas mais diversas formas, inclusive pela divisão social do trabalho. Essa divisão subjugou a mulher, determinando-lhe as tarefas de âmbito doméstico, restringindo em muito o espaço público que lhe é destinado (HIRATA; KERGOAT, 2007).

Nesse sentido, a divisão sexual do trabalho, que sobrecarrega as mulheres com os afazeres domésticos e de cuidado, dificulta seu acesso e permanência no mercado de trabalho, bem como a sua ascensão profissional. Por divisão sexual do trabalho, Hirata; Kergoat (2007) compreendem a forma como se procede à divisão social do trabalho, tendo como base as relações sociais de sexo, o que pode variar histórica e socialmente. Segundo as autoras, a divisão do trabalho a partir dos sexos tem como característica a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva, com a consequente apreensão das funções de maior valor social agregado (políticas, religiosas, militares, etc.) e, às mulheres, a esfera reprodutiva.

Parte dessa definição a compreensão de que tal divisão operou-se por meio de dois princípios organizadores: o princípio da separação (que define que há trabalhos distintos para homens e para mulheres) e o princípio da hierarquização (que afirma que um trabalho de homem vale mais que o trabalho de uma mulher (HIRATA; KERGOAT, 2007)⁵. Conforme ainda a autora, esses princípios apresentam imensa variabilidade, porém, contemplam todas as sociedades conhecidas, seja temporalmente ou espacialmente.

No entanto, Gama (2014) argumenta que mesmo que os princípios organizadores da sociedade permaneçam os mesmos, conforme abordado por Hirata e Kergoat (2007), não se pode afirmar o mesmo quanto às modalidades correspondentes à concepção de trabalho reprodutivo, lugar das mulheres no mercado de trabalho, mudanças nas formas de trabalho do cuidado, posto que variam no tempo e no espaço. De acordo com Kergoat et al. (2009), ao se

⁵ Gama (2014) ressalta que a designação prioritária dos homens para a produção e das mulheres para a reprodução não data do capitalismo. Antes do capitalismo, a família tinha importante papel na produção e reprodução da sociedade, e homens e mulheres participavam de ambas as esferas. Nesse sentido, a feminização da esfera reprodutiva toma um novo contorno com a organização do trabalho remunerado nos moldes capitalistas.

problematizar em termos de divisão sexual do trabalho, é necessário pensar a dialética do que muda e do que permanece. Dessa forma, não é possível remeter-se a um pensamento determinista, pois implica trazer à tona o fenômeno da reprodução social, através do qual é possível compreender os deslocamentos ou novas configurações, que questionam ou reforçam a existência dessa divisão.

A rígida divisão dos papéis sociais de homens e mulheres, em uma primeira análise, denuncia a permanência dos padrões patriarcais que inferiorizam as mulheres, situando-as em posição de subalternidade. Para Hirata e Kergoat (2007), há um processo de legitimação, em curso, que perpassa a naturalização das diferenças como inerentes à natureza dos indivíduos. Dessa forma, as diferenças de ordem biológica, que distinguem os indivíduos sexualmente, são utilizadas como argumentos válidos para posicionar homens e mulheres em atividades com posições hierárquicas desiguais, remetendo ao destino natural da espécie.

Para Saffioti (1987), essa condição histórica contribuiu na construção do significado social do ser mulher, legitimando e institucionalizando essas diferenças como base da organização social. Ao investigar a sociedade brasileira na década de 80, Saffioti (1987) ressalta que tais valores sociais, relativos às hierarquias entre os sexos, permaneciam enraizados nas mulheres brasileiras, de tal forma que mesmo as que possuem maior nível de escolaridade e instrução reconhecem-se como naturalmente responsáveis pelas atribuições referentes “ao lar”.

De acordo com Araújo; Scalon (2005, p. 66-67), apesar da ampla participação das mulheres no mercado de trabalho, tal transformação não tem sido acompanhada de profundas mudanças na tradicional divisão sexual do trabalho. Segundo a análise das autoras, as relações de gênero no Brasil têm sido alteradas, acompanhando a realidade mundial. Entretanto, “o moderno ainda mantém na sua natureza a tradicional divisão sexual do trabalho, à medida que persistem os papéis diferenciados e o padrão de domesticidade que coloca a mulher em desvantagem”.

Bruschini e Ricoldi (2009) salientam que a universalidade e persistência de uma divisão sexual do trabalho, que atribui aos homens, principalmente, as atividades de caráter produtivo, geradoras de renda e desenvolvidas no espaço público, e às mulheres as tarefas de caráter reprodutivo, estendendo-se a elas tanto os cuidados com o bem-estar físico e emocional dos membros da família, contribuem para que a cultura machista e patriarcal continue presente.

Dessa forma, a tradicional divisão sexual do trabalho atribui o trabalho não remunerado principalmente às mulheres, e torna uma responsabilidade quase exclusiva a casa

e os cuidados decorrentes, tornando imperativo compreender a esfera privada não dissociada da pública, para entender a precarização do trabalho feminino (BRUSCHINI, 2007; BRUSCHINI; RICOLDI, 2009; HIRATA, 2004, 2009; SORJ, 2004, 2013).

Desse modo, a divisão sexual do trabalho é apontada como a causa central para a manutenção das assimetrias de gênero, em que há uma destinação prioritária de atividades ligadas à esfera produtiva aos homens e à esfera reprodutiva às mulheres, que implica diferentes papéis e funções no mercado, bem como na valoração social e econômica das mulheres de forma desigual.

Assim, para compreender a divisão do trabalho, que afeta especialmente as mulheres, é necessário compreender que os papéis sociais construídos ao longo da história, e que atribuem à elas o papel privado, precarizam sua posição no mercado de trabalho.

1.2.2 O dilema mulher *versus* trabalho na sociedade atual

No âmbito do trabalho remunerado, o dilema trabalho *versus* família passou a ser uma questão central para as mulheres, devido às especificidades dadas pela divisão sexual do trabalho, que determinaria o seu lugar na configuração produtiva (GAMA, 2014).

O impacto da dupla jornada de trabalho feminina, resultante da cultura prevalente de divisão social do trabalho baseada nos sexos, tem efeitos sobre o vínculo da mulher com o mercado de trabalho. Isso porque, na tentativa de conciliar as esferas de sociabilidade pública e privada, há a diminuição das oportunidades de qualificação, tornando-as economicamente mais dependentes dos homens.

Ao analisar a situação da mulher brasileira no mercado de trabalho, Saffioti (1987) afirma que predominam valores machistas, sexistas e patriarcais que compreendem a posição da mulher no mercado de trabalho de forma complementar à sua principal atribuição: as atividades reprodutivas, como mãe, esposa e dona de casa.

A liberação da mulher da casa para o exercício da vida profissional foi uma das primeiras pautas dos movimentos feministas na segunda onda do feminismo, pois através do trabalho as mulheres poderiam adquirir autonomia financeira em relação aos seus maridos e/ou companheiros. No entanto, mesmo antes de organizarem-se em torno de movimentos sociais, é importante destacar as lutas de mulheres, como as negras escravas, e, posteriormente, as donas de casa, quanto à gratuidade de seu trabalho.

A casa foi, historicamente, descrita como refúgio do mercado, reino da pureza, altruísmo e cuidados com os outros e vinculada às mulheres, consideradas como principais

responsáveis por esse espaço social (SORJ, 2013). Isso se superpõe à imagem da mulher trabalhadora, definida no campo das relações do mercado e do processo de trabalho.

A despeito das lutas engendradas no Brasil, o cuidado mantém-se, em grande medida, na esfera privada das famílias, como responsabilidade das mulheres (SORJ, 2013). Conforme ainda Sorj (2013), tais atividades contemplam a educação e zelo pelos filhos, assim como cuidados específicos com os mais velhos e pessoas doentes e/ou deficientes da família.

No entanto, mesmo quando as mulheres conseguiram romper a barreira da saída de casa para ocupar espaços em atividades econômicas remuneradas e com as configurações familiares, em que emerge o aumento na proporção de famílias formadas por casais com dois provedores e das famílias monoparentais femininas⁶, as construções sociais em torno da responsabilização exclusiva da mulher pelo espaço privado permanecem inalteradas (SORJ, 2013).

Dados recentes do IBGE (2016)⁷ revelam que no ano de 2016 as mulheres que trabalhavam dedicaram cerca de 73% a mais de horas do que os homens, em relação aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos, o que equivale a 18,1 horas, contra 10,5 horas. Bruschini (2006), em estudo sobre o perfil da mulher trabalhadora, verificou que de um lado elas se tornam mais velhas, casadas e mães, o que revela uma nova identidade feminina, voltada tanto para o trabalho quanto para a família; de outro, permaneceram as responsabilidades das mulheres pelas atividades domésticas e cuidados com os filhos e outros familiares, o que indica a continuidade de modelos familiares tradicionais, que sobrecarregam as novas trabalhadoras, principalmente as que são mães de filhos pequenos, em virtude do tempo consumido em seus cuidados. Nesse sentido, é necessário refletir quanto à imutabilidade da responsabilização das mulheres quanto às atividades reprodutivas, pois não está sendo acompanhada por mudanças significativas da sociedade, no que concerne aos tradicionais padrões de gênero.

Assim, parte da teoria sobre a condição feminina no Brasil, à qual esta pesquisa filia-

⁶ De acordo com a ferramenta Estatísticas de Gênero, do IBGE (2012), das 50 milhões de famílias que residiam em domicílios particulares, entrevistadas em 2010, 37,3% tinham a mulher como responsável. Essas mulheres assumem a chefia das suas famílias, tornando-se responsáveis não só pelo sustento financeiro, mas também pelo desenvolvimento cultural, social e educacional dos seus filhos e demais membros da família.

⁷ Os dados do IBGE (2016) ainda revelaram que a maior desigualdade na distribuição de horas dedicadas a atividades domésticas está na Região Nordeste do país, onde as mulheres dedicam cerca de 80% a mais de horas do que os homens, alcançando 19 horas semanais. Isso pode ter relação com os rígidos papéis de gênero presentes nessa região, alicerçados na estrutura familiar fortemente patriarcal, na qual acarreta relações de poder desfavoráveis às mulheres. Segundo os dados, são as mulheres negras as que mais se dedicam aos cuidados de pessoas e/ou aos afazeres domésticos, com o registro de 18,6 horas semanais em 2016.

se, acompanhando a literatura internacional, enfatiza a discriminação da mulher no mercado de trabalho, articulando-a com a execução do trabalho doméstico. Ou seja, as assimetrias que marcam homens e mulheres no mercado de trabalho na sociedade derivam de percepções tradicionais, construídas e sustentadas socialmente, quanto ao papel da mulher (mãe, esposa, dona de casa), que não comportam, pelas mesmas razões, seu papel no âmbito público (BRUSCHINI, 2007; BRUSCHINI; RICOLDI, 2009; HIRATA, 2004, 2009; SORJ, 2004, 2013). Isso porque o ingresso da mulher no mercado de trabalho não representa uma redução da jornada nos afazeres domésticos, situação contrastante com a dos homens, que mesmo quando estão desempregados, continuam dedicando o mesmo tempo às atividades domésticas.

Diante dessa problemática, emerge um problema estatal central: existe um baixo número de instrumentos coletivos de qualidade, em que o cuidado possa ser realizado de maneira adequada, enquanto as mulheres/mães trabalham para o provimento do sustento dos lares, que são, cada vez mais, chefiados por elas. As políticas públicas de educação infantil ainda são um importante fator para o ingresso das mães no mercado de trabalho, além de contribuírem para a elevação da renda familiar e dos salários femininos dos domicílios com crianças atendidas por creches (SORJ, 2013).

Com as dificuldades de conciliação entre trabalho e casa, as mulheres pobres são as que são penalizadas, pois são as que mais necessitam dos serviços dos equipamentos coletivos públicos. Segundo Sorj (2013), devido à posição que se encontram nas famílias atuais e à impossibilidade de arcarem com as despesas relativas ao cuidado, passam a assumir tais responsabilidades, limitando suas possibilidades de inserção produtiva. Quando não, a responsabilidade de cuidado é transferida para familiares ou filhos mais velhos, que desde muito cedo precisam conciliar a vida escolar com o cuidado dos irmãos mais novos. Sobre isso, Miguel e Biroli (2014, p. 11) relatam:

A falta de creche e de políticas públicas adequadas para a conciliação entre a rotina do trabalho e os cuidados com os filhos pequenos penaliza as mulheres, muito mais do que os homens, em sociedades nas quais a divisão dos papéis permanece atada a compreensões convencionais do feminino e do masculino. As mulheres continuam a ter responsabilidade exclusiva ou principal na criação dos filhos e no trabalho em casa.

Nesse contexto, as mães trabalhadoras, com filhos pequenos, experimentam enorme pressão, pois além de dedicarem seu tempo ao trabalho remunerado, permanecem responsáveis pelas atividades domésticas. As soluções privadas desse conflito tendem a penalizar as mulheres, que têm que ajustar o seu tempo entre trabalho remunerado e as atividades da casa (SAFFIOTI, 1987).

A permanência da responsabilização exclusiva das mulheres pelas arenas do cuidado gera uma carga de sentimento de frustração e tensão entre o desenvolvimento dos papéis recentemente conquistados e os antigos (DIAZ, 2002). Em virtude disso, constantemente, pesam em suas escolhas profissionais a possibilidade de conciliação com as responsabilidades domésticas, o que as coloca em situação de desvantagem, quando comparadas aos homens (SAFFIOTI, 1987). Assim, conforme Pateman (1993), os homens se encontram em uma situação privilegiada, em decorrência das tradicionais relações de gênero, que os libera das responsabilidades familiares.

Outros fatores acentuam a divisão desigual do trabalho no interior das famílias: falta de horários escolares compatíveis com as jornadas de trabalho; assistência a adultos ou pessoas idosas, com deficiência ou doença; exigências dos locais de trabalho, que muitas vezes impedem que ambos os membros do casal dediquem mais tempo a eles próprios e às suas famílias (OIT, 2009). Partindo dessa lógica, Hirata e Kergoat (2007) compreendem que trabalho e família não só estão intrinsecamente ligados, mas a forma como se relacionam produz e reproduz hierarquias, diferenças e desigualdades de gênero. Diante do exposto, observa-se que a realidade experienciada pelas mulheres no âmbito doméstico está na base da situação de desvantagem que elas enfrentam no mercado de trabalho, e tem efeitos importantes na pobreza e na igualdade de gênero (OIT, 2009).

No mesmo sentido, Sarti (1996) e Ávila; Ferreira (2014) concluem que a viabilidade do sistema capitalista, enquanto gerador de empregos assalariados, converge para a reestruturação do sistema patriarcal de dominação das mulheres, pois há uma desproporcional divisão de tarefas no interior das famílias, associada aos estereótipos tradicionais que atribuem à mulher o papel de reprodutora e cuidadora como sendo natural e inerente ao gênero feminino.

Isso explica, em parte, porque as mulheres, embora sejam mais escolarizadas, seguem ganhando menos que os homens, nos mesmos ramos de atividade (NOGUEIRA, 2012). Um fato importante é que tais diferenças se mantiveram, segundo estudos realizados por Hirata e Doaré (1999), mesmo em países que assinaram as convenções da OIT que, em tese, proíbem as diferenças salariais.

Os dados abaixo do IBGE são correspondentes ao terceiro semestre de 2016, que estabelecem um comparativo entre as atividades econômicas realizadas por homens e mulheres, a jornada de trabalho e o rendimento mensal dos trabalhadores:

Tabela 1 - Jornada semanal média, rendimento mensal médio por setor de atividade econômica, segundo sexo.

Setor de atividade econômica	Jornada semanal média remunerada (Em horas)			Rendimento mensal médio (Em R\$)		
	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	Total
Administração pública, defesa e segurança social	36,6	39,7	38,4	3.372	3.990	3.740
Educação, saúde humana e serviços sociais	35,6	37,2	36	2.264	3.624	2.592
Outros serviços	34	39	36,1	1.282	1.853	1.524
Serviços domésticos	32,8	40,3	33,3	799	1.060	818
Atividades mal definidas	29,8	32,7	31,3	1.322	1.465	1.395
Total	36,9	41,2	39,4	1.710	2.189	1.985

Fonte: IBGE, Pnad Contínua (3º semestre de 2016, adaptado pela autora).

De acordo com os dados da Tabela 1, embora as mulheres estejam presentes em áreas como Administração Pública, defesa e segurança social, estigmatizadas como masculinas, recebem remuneração inferior aos homens ocupando essas áreas. O que chama atenção nos dados é que em todas as demais áreas de formação elencadas, mesmo a de serviços domésticos, socialmente estigmatizados como femininas, os homens recebem maior rendimento médio no trabalho. Isso indica permanência de assimetrias entre homens e mulheres, que remetem à ordem patriarcal, na ocupação dos espaços produtivos.

Conforme dados da OIT (2009), referentes à promoção da igualdade de gênero e políticas de conciliação entre o trabalho e a família, em decorrência dos papéis sociais atribuídos à mulher, os empregadores podem ter dúvidas no momento de contratar mulheres para o desempenho de determinadas funções, que normalmente oferecem melhor perspectiva de carreira, hesitando também em investir na sua formação profissional. Tais dúvidas têm origem na premissa de que as responsabilidades familiares, tidas como exclusivas das mulheres, gerarão problemas ou custos para as empresas.

De acordo com essa análise, as mulheres são penalizadas pelas responsabilidades familiares, devido à persistência de estereótipos e estigmatizações quanto ao seu profissionalismo, em razão dos prováveis conflitos que advirão da conciliação entre suas responsabilidades familiares e as condições de trabalho (OIT, 2009). Como consequência, as mulheres optam por trabalhos que lhes assegurem estabilidade no emprego ou que, por outro lado, lhes deem condições de conciliar suas múltiplas tarefas, incluindo as do âmbito doméstico, normalmente trabalhos precários e de tempo parcial (OIT, 2016).

Para combater a discriminação relacionada às responsabilidades familiares e alcançar a

igualdade de gênero, a OIT (2009) orienta que é necessária uma mudança nos papéis tradicionalmente atribuídos a homens e mulheres na sociedade e no seio da família. Nesse sentido, a OIT (2009, p. 2), orienta:

Para que possamos abandonar a ideia de que só as mulheres precisam conciliar o trabalho produtivo com responsabilidades familiares (reprodutivo), é essencial que modelos alternativos de maternidade, paternidade e masculinidade sejam promovidos. Para tanto, é necessário atribuir um novo significado ao papel dos pais no seio da família como pessoas afetivas, interessadas e capazes de assumir responsabilidades familiares, como as de criar seus filhos e filhas, cuidar de idosos e familiares doentes ou com deficiência e também participar das atividades domésticas.

Ressalta-se que a criação de mecanismos que promovam a conciliação entre a vida laboral e familiar são indispensáveis para o alcance dos avanços na promoção da igualdade de gênero e do trabalho decente (OIT, 2009). No entanto, para a OIT (2009), os governos têm um papel central a desempenhar na configuração das políticas públicas e na criação de um clima social que favoreça o diálogo e as mudanças capazes de promover uma maior conciliação entre o trabalho e a família. Nesse sentido, propõe a adoção de um marco legal que contribua para a consecução de objetivos de igualdade e estimule mudanças na divisão sexual do trabalho remunerado e não remunerado.

No Brasil, a literatura feminista (BRUSCHINI, 1994, 2007; SORJ, 2000, 2004, 2006; LAVINAS, 1997, 2000, 2012; CASTRO, 1996; MELO; CASTILHO, 2009) mapeou a evolução do emprego feminino e constatou a persistência das desigualdades de gênero no mercado de trabalho nas últimas quatro décadas. De acordo com as análises, o aumento do trabalho da mulher alimentou, sobretudo, os setores de empregos já feminizados, pulverizando os efeitos de diversificação.

Para Abramo (2003), as ocupações masculinas são sete vezes mais diversificadas que as femininas. Isso implica mais oportunidades para os homens que para as mulheres. Além de pouco diversificadas, as ocupações femininas tendem a ser menos prestigiosas, gerando menor ingresso e menos oportunidades de desenvolvimento profissional que as masculinas. Um exemplo disso é a forte associação entre o serviço doméstico e o trabalho feminino (ABRAMO, 2003).

Ao analisar a segmentação ocupacional, Abramo (2003) atribui esse padrão ao sistema de educação básica e profissional, especialmente quando não existe uma política de igualdade de oportunidades nas ações de informação e orientação profissional. Conforme a autora, os sistemas formais e informais de educação básica têm, frequentemente, um viés de gênero que influencia os meninos e as meninas a se orientarem em áreas diferentes.

A reprodução de padrões de gênero segmentados, segundo ainda Abramo (2003), é ainda mais vigente nas zonas pobres, onde os estereótipos de gênero se reproduzem com mais intensidade. Nessas regiões, desde muito cedo as meninas são socializadas e tendem a dirigirem-se a ofícios tradicionais, que basicamente representam uma extensão das tarefas domésticas (costura, preparo de alimentos, nutrição) e ao papel reprodutor das mulheres. Esses trabalhos e ocupações têm em comum níveis mais baixos de ingresso e menos perspectivas de desenvolvimento profissional.

Conforme ainda Connel (2016), em todo o mundo os homens são a maioria da força de trabalho em cargos de gestão, contabilidade, no direito e em profissões técnicas, como engenharia e postos ligados à computação:

Apesar de a divisão detalhada entre funções consideradas masculinas ou femininas ser bem variada em diferentes partes do mundo, é comum que os homens predominem na indústria pesada, na mineração, nos transportes ou em qualquer trabalho que envolva uma máquina que não seja de costura (CONNEL, 2016, p. 32-33).

Partindo para uma análise mais ampla, Connel (2016) propôs um balanço das profissões/cargos ocupados por mulheres no mercado de trabalho em todo o mundo. Sua análise constatou que há uma concentração de mulheres em postos de serviços ligados ao trabalho confessional ou administrativo, ao atendimento ao consumidor (*telemarketing*), à limpeza, ao setor alimentício terceirizado e a outros tipos de trabalho relacionados ao cuidado, como educação básica e enfermagem. Segundo seus dados, as mulheres também estão presentes na indústria de chips e componentes eletrônicos, pois supostamente “têm mãos ágeis” (CONNEL, 2016).

Numa abordagem local, recentemente a Fundação Wall Ferraz (FWF)⁸, entidade de direito público, em parceria com a Secretaria de Estado do Planejamento (Seplan) e integrante da administração indireta do Município de Teresina-PI, disponibilizou uma consulta pública, por meio do aplicativo Colab⁹, denominada “Profissionalizar mulher”. A consulta proposta tinha como finalidade prospectar os interesses das mulheres teresinenses por capacitação e qualificação profissional, por meio de 10 questões.

No entanto, observou-se que os cursos propostos, em sua maioria, eram voltados às áreas do cuidado (corte e costura, corte de cabelo e escova), atividades manuais (artesanato) e

⁸ Segundo consta em seu estatuto, tem como missão capacitar e qualificar profissionalmente os munícipes de Teresina, com vistas a inseri-los no mercado de trabalho, favorecendo a inclusão social e a consequente geração de emprego e renda.

⁹ O Colab é um aplicativo digital utilizado pela Prefeitura de Teresina desde 2014, que cria redes sociais para incentivar o exercício da cidadania.

serviços em geral (auxiliar administrativa, recepcionista, balconista de farmácia, operadora de microcomputador), que apesar de contribuírem para a inserção produtiva de mulheres, não contribuem para a desconstrução social em torno de atividades que devem ser destinadas às mulheres.

Isso posto, ressalta-se que a equidade de gênero entre homens e mulheres no mercado de trabalho não é a tônica dessa proposta específica, uma vez que os cursos ofertados qualificam pessoas para cargos historicamente ocupados, em sua maioria, por mulheres, como socialmente pertencentes ao universo feminino, de baixo prestígio e valor social.

Diante do exposto, observa-se que apesar do avanço na disseminação de políticas públicas de formação profissional para mulheres, como o proposto pela Prefeitura de Teresina, houve pouco avanço em termos de superação da segregação temática na formação profissional de mulheres, o que será melhor investigado no Programa Mulheres Mil.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS

O objetivo deste capítulo é entender como a questão de gênero foi inserida na agenda governamental brasileira, a partir da inserção das mulheres nas políticas públicas. Por políticas públicas, esta pesquisa adota o conceito de Howlett et al. (2013), proposto a partir do aperfeiçoamento do clássico conceito de Thomas Dye (1984), segundo o qual políticas públicas é o que o governo escolhe, de fato, fazer na sociedade.

No entanto, para que haja a proposição de uma política pública é necessário que haja um problema social identificado pelas autoridades competentes como relevante e passível de resolutividade. À luz dos processos de formulação de políticas públicas, que enfatizam a construção de agendas (*agenda setting*)¹⁰, partimos do reconhecido proposto por Kingdon (1995) de que para uma questão social vir a ser considerada um problema público, como a situação da mulher no mercado de trabalho, e inserida na agenda formal do governo, faz-se necessário percorrer um longo percurso.

O caminho perpassa, dentre tantas questões, o convencimento dos agentes envolvidos nos processos decisórios, de que a situação deve ser priorizada, e possui alternativas de intervenção pública, até a capacidade de mobilização da opinião pública de que o problema público identificado não pode mais ser adiado (KINGDON, 1995; SECCHI, 2015).

A subordinação e a inferiorização da mulher nas diversas arenas sociais, na sociedade contemporânea, passaram a ser um problema público, reconhecido pela sociedade civil e movimentos sociais que lutam pela igualdade das mulheres, que passam a tencionar o poder público em prol da resolutividade dessas questões através das políticas públicas focalizadas nas mulheres. Dessa forma, para diminuir e desconstruir as assimetrias de gênero há um esforço contínuo dos movimentos feministas, pressionando o Estado para que incorpore as questões de gênero na agenda governamental brasileira. Assim, há o reconhecimento, ainda incipiente, de que o enfrentamento das permanentes desigualdades entre homens e mulheres, nas diversas arenas sociais, deve ser feito através da proposição da inserção de gênero nas políticas públicas.

No Brasil, as pautas governamentais que levam em conta as reivindicações das lutas das mulheres têm ganhado espaço na agenda governamental ao longo das últimas décadas (FARAH, 2004). O apoio e a orientação de organizações e organismos internacionais, como a

¹⁰ Agenda *Setting*, ou Agenda Política, é definida por Kingdon (1995) como o conjunto múltiplo de assuntos sobre os quais os governos e pessoas ligadas a eles concentram séria atenção em um determinado momento. Corresponde, portanto, ao reconhecimento de uma questão social como problema público e da necessidade da ação governamental para sua solução

Organização das Nações Unidas (ONU), para a construção de uma institucionalidade de gênero pelos países (SAFFIOTI, 2015), a transnacionalização das práticas e dos discursos dos movimentos feministas, como tratado por Connel, Pearse (2015), a inserção das feministas no aparelho do Estado, a redemocratização do país, em 1988, a compreensão de que se deve combater a pobreza que atinge em maior número as mulheres e a mudança de governo, tiveram papel importante para a inserção da problemática gênero na agenda *setting* brasileira.

2.1 O feminismo de Estado: balanço da inserção das feministas no aparelho do Estado

A despeito da sub-representação da mulher nas instâncias do poder (MATOS; BIROLI, 2018), as mulheres têm adentrado, a cada dia mais, na burocracia estatal. Nesta seção, busca-se dar conta das mudanças vivenciadas nos últimos anos pelo feminismo brasileiro, enquanto movimento social, a partir da inserção da classe de especialistas oriundas dos movimentos feministas no aparelho do Estado: as femocratas. Essas mulheres tiveram uma contribuição muito importante para a efetivação de demandas oriundas do movimento feminista, como direito a creches, asilos (anteriormente assumidas com exclusividade pelas famílias e mais especificamente pelas mulheres), que passaram a ser assumidas pelo Estado. Outra importante conquista das especialistas são as políticas públicas focalizadas na superação das assimetrias de gênero que marcam homens e mulheres nas diversas arenas sociais.

É importante destacar que o movimento feminista brasileiro apresenta uma trajetória de lutas atravessada por tensões, impasses, confrontos e tentativas de alianças com o Estado. Dessa forma, a inserção das feministas na máquina estatal não se efetivou sem disputas. Em virtude disso, há um debate polarizado, ainda vigente dentro do feminismo, relacionado a que tipos de relações as feministas devem manter com o Estado: de maior ou menor aproximação (ALVAREZ, 2000).

A polarização das relações entre o movimento feminista e o Estado provocou uma verdadeira clivagem, pois conforme Pinto (2003), a institucionalização do feminismo não é um movimento unânime, consensual, no interior do movimento feminista. De um lado estava parte do feminismo crítico, que acreditava que por ser o Estado patriarcal, rechaçava a possibilidade de atuação no interior do aparelho estatal, pelo risco iminente de cooptação pelas forças estatais (ALVAREZ, 2000). Dessa forma, Alvarez (2014) ressalta que parte das feministas optou por manter-se fora do Estado, não acessando seus recursos e não participando de suas decisões.

Do outro lado está parte das feministas, as “femocratas”¹¹, que acreditava que atuando no interior do Estado teria maiores condições de obter êxito na defesa das demandas oriundas das mulheres. As militantes que apoiam a inserção das feministas no Estado compreendem que as mulheres são geralmente excluídas de acesso direto aos recursos estatais, devido a sua ausência nos departamentos estatais e, de forma indireta, pelas forças políticas sexistas que atuam sobre o Estado (CONNELL, 1987; PATEMAN, 1993).

De acordo com Rangel (2013), a conquista de espaços institucionais dentro do aparato do Estado é uma das formas mais recentes de atuação política¹². Dessa forma, a despeito das divergências no interior dos movimentos feministas, nos debates atuais o feminismo institucionalizado tem predominado (ALVAREZ, 2000).

É nesse cenário que emerge o termo Feminismo de Estado¹³ (*State Feminism*), inicialmente compreendido como a ideia de que os governos poderiam atender aos objetivos feministas, através de políticas, e aos indivíduos e atores dentro do estado poderiam promover uma abordagem *woman-friendly* (amigo das mulheres) para políticas e ações estatais (RANGEL, 2013; AVELAR, 2013).

Como consequência, muitas atrizes se posicionaram para além da sociedade civil, começaram a ocupar cargos na burocracia estatal e a participar de instituições participativas (ALVAREZ, 2014). Conforme Alvarez (2014), além de ocupar cargos nas agências do governo, passaram a exercer a função de interlocutoras com o poder público e com as instituições criadas. Essa estratégia do movimento levaria, portanto, à promoção dos direitos das mulheres e à igualdade de gênero, pois levaria o Estado a assumir determinadas responsabilidades que eram atribuídas apenas às famílias.

Ao discutir quanto ao melhor cenário político para a existência do Feminismo Estatal, McBride e Mazur (2010) informam que a incorporação do feminismo pelo Estado mostra-se apropriada em contexto da política de governos democráticos, em sociedades pós-industriais.

¹¹ Avelar (2013) e Rangel (2013) denominam “femocratas” as feministas inseridas nas engrenagens do Estado, influenciando o processo político na formulação da agenda pública com os temas de interesses das mulheres. Dessa maneira, as femocratas, ao posicionarem-se dentro do Estado ampliaram o debate quanto à importância da mulher e contribuíram para influenciar na agenda decisional do governo.

¹² Lavallo et al. (2006) argumentam que diversas nações têm favorecido a abertura do poder Executivo à participação de atores societários, que são investidos juridicamente como representantes de determinados segmentos e interesses da população no desenho, na implementação e na supervisão de políticas públicas

¹³ Feminismo de Estado (*State Feminism*) foi cunhado pela primeira vez pela cientista política norueguesa Helga Hernes, em 1987. McBride e Mazur (2010) definem feminismo de estado como uma das respostas dos líderes políticos aos desafios do ativismo do movimento de mulheres ao longo de quatro décadas, que tem como resultado a criação de mecanismos institucionais de mulheres através de agências específicas com políticas, maquinários ou escritórios femininos.

Segundo as autoras, esse cenário é propício para que haja uma maior representatividade das mulheres e incorporação de suas demandas à ação estatal.

Aliado ao contexto político propício, McBride e Mazur (2010) alertam quanto à importância dos movimentos de mulheres se aliarem às agências de políticas para mulheres, como maior probabilidade de obter respostas favoráveis do Estado. Argumentam, portanto, que se houver uma convergência entre os discursos políticos e feministas, quanto à questão de gênero, haverá a possibilidade de maior inserção de atrizes na arena política e, conseqüentemente, de suas pautas nos resultados das políticas. Em suas palavras:

As agências facilitam o sucesso do movimento, definindo questões de gênero usadas pelos atores políticos de maneira que coincidem com os quadros de movimento nos debates sobre políticas, levando ao acesso e à mudança de políticas. Assim, uma suposição central da estrutura é que, se os atores políticos usarem uma definição da questão de gênero de maneira que coincida com as metas do movimento, ela facilitará a entrada de atores do movimento de mulheres na arena política e suas ideias em resultados de políticas (MCBRIDE; MAZUR, 2010, p. 05, tradução nossa).

No entanto, as alianças estratégicas entre movimento feminista e Estado podem ser benéficas, conforme exposto, mas, também podem falhar completamente (levando ao fracasso do Feminismo de Estado), ou pode ainda gerar alianças bem-sucedidas ao longo do tempo (MCBRIDE; MAZUR, 2010). Quando exitosas, argumentam as autoras, os governos democráticos tornam-se ainda mais democráticos, por meio do aumento da representação dos defensores das mulheres dentro do aparelho do Estado, uma constituição anteriormente excluída.

Nessa acepção, é salutar destacar a capacidade do conceito de Feminismo Estatal em proporcionar representatividade ao movimento feminista. A presença física das feministas nas agências do governo não apenas amplia o diálogo com o Estado, mas também viabiliza a interação institucional de atrizes em espaços institucionais, com condições de externalizar suas ideias, que serão, em maior probabilidade, consideradas para a construção de uma agenda efetivamente feminista pelo Estado.

Em estudo recente, Rangel (2013) analisou em que medida as demandas dos movimentos feministas são traduzidas em ações na política institucional, em legislação federal ou nacional de Brasil e Argentina. Seus estudos concluem que as protagonistas de ambos os países tiveram sucesso em transitar por distintos espaços e influenciar decisões nos três poderes.

Diante do exposto, a ampliação do diálogo dos movimentos feministas com o Estado tem como consequência a criação de ambientes institucionais e políticas públicas que estão

formalmente incumbidas de garantir os direitos das mulheres. No entanto, o conceito Feminismo Estatal gerou debates e críticas a respeito da atuação das militantes dentro do aparelho do Estado.

A primeira crítica diz respeito ao engajamento das mulheres na alteração do funcionamento do Estado patriarcal. Segundo Alvarez (2014), as feministas autônomas¹⁴ lançaram uma dura crítica contra as ativistas, a quem elas, insultuosamente, denominam de “institucionais”, por terem, em suas palavras, “traído o feminismo” e “se vendido” às forças nefastas do “patriarcado neoliberal global”. Nesse sentido, havia a compreensão por parte do feminismo de que os objetivos feministas não poderiam ser contemplados pelo Estado, que em sua acepção, era patriarcal e, portanto, contrário às causas levantadas pelas mulheres.

Uma segunda crítica que emergiu foi relacionada aos mecanismos institucionais de mulheres criados pelo Estado. Questionava-se se tais mecanismos eram de fato feministas e os motivos pelos quais foram criados (MATOS; PARADIS, 2016). As feministas que se filiaram a esse posicionamento, portanto, viam com suspeita a criação de uma institucionalização voltada para as mulheres, por terem a compreensão de que não atenderiam, de fato, as demandas oriundas das feministas, representantes das mulheres, que estariam fora das engrenagens estatais.

Outra crítica que emergia é em relação ao Feminismo Estatal, que foi se associando cada vez mais a estruturas e atores específicos, e menos a se os Estados e a ação governamental eram realmente orientados para as demandas feministas. Isso, de acordo com Alvarez (2000), pode ter consequências devastadoras para o movimento, pois implicaria uma análise mais ampla, em uma perda de atuação, reduzindo-a meramente a uma participação simbólica das feministas dentro do aparelho do Estado, o que causaria o “desvirtuamento da agenda feminista original”.

Em decorrência dessas críticas, emergiram alguns estudos que primam por compreender como o feminismo estatal tem apresentado respostas para as demandas feministas. Dentre esses estudos, destaca-se a rede europeia *Research Network on Gender Politics and the State* (RNGS)¹⁵. Rangel (2013) destaca a importância dessas agências de

¹⁴ Alvarez (2014) denomina de feministas autônomas as que eram contrárias a institucionalização do movimento feminista e que decidiram atuar de forma “autônoma” na defesa das causas das mulheres.

¹⁵ O *Research Network on Gender Politics and the State* (RNGS) produz estudos sistemáticos sobre a representação das mulheres pelos movimentos feministas, entre eles o livro *State Feminism and Women’s Movements* (2008), que analisa o impacto da atuação do movimento feminista e das agências de políticas para as mulheres sobre as políticas públicas.

políticas femininas aliadas aos movimentos de mulheres no acesso a arenas de formulação de políticas estatais como forma de influenciar os resultados das políticas.

2.2 A inserção da questão de gênero na agenda *setting* brasileira

A inserção da problemática de gênero na agenda política, ou *setting*, como uma problemática que o Estado decidiu enfrentar, é uma temática recente, que remonta ao arrefecimento dos movimentos feministas ao longo da década de 1970, que colocaram as reivindicações das mulheres no centro dos debates. Dentre as demandas propostas estava o enfrentamento das desigualdades que marcavam homens e mulheres nas diversas arenas sociais, através das políticas públicas.

É importante também destacar outros eventos que contribuíram para que os problemas enfrentados pelas mulheres passassem a ser passíveis de resolutividade pelo Estado. Ainda no plano internacional, destacam-se as conferências internacionais de mulheres, promovidas pela ONU, bem como os planos, convenções e plataformas de ação daí resultantes, que vêm contribuindo para a incorporação do enfoque de equidade de gênero em políticas públicas e em projetos ou programas de desenvolvimento (ROSEMBERG, 2013).

Esses eventos conferiram uma maior perceptividade em relação aos problemas enfrentados pelas mulheres nas sociedades, o que fez com que os Estados refletissem sobre a condição da mulher como critério para gerar espaços sociais mais democráticos. No Brasil, tais efeitos foram sentidos desde a redemocratização do Estado, em 1988. Destaque-se também o papel das femocratas inseridas na máquina estatal, que provocaram os debates em torno dessas questões, como visto na seção anterior.

Seguindo Howllet et al. (2013) e Kingdon (1995), para que uma determinada situação insatisfatória vivenciada pelos cidadãos, como a situação das mulheres, alcance o patamar de problema público e entre na agenda, os atores políticos investidos nos cargos do Executivo ou Legislativo têm um papel importante, pois possuem legitimidade para propor e fazer acontecer políticas públicas de impacto social. Nesse sentido, observa-se que o cenário político, assim como a ideologia política vigente, com uma administração que se preocupe com esses problemas são determinantes para que um problema alcance a agenda governamental.

Nesse aspecto, um evento político, como a mudança de governo, gera mudanças de direção no sentido de levar em consideração as iniciativas que se adequem à filosofia da nova administração (KINGDON, 1995). Dessa forma, observa-se, nessa seção, que a mudança

governamental intensificou ou reduziu os debates quanto ao enfrentamento dos problemas que as mulheres enfrentam na sociedade brasileira. No entanto, o período que vai da década de 1960 a 1990 interessa, em particular, à discussão proposta, por se tratar do período que culminou com as manifestações da “Segunda Onda” do feminismo, em que ocorreu a integração das questões de gênero pelo Estado.

Destaque-se que enquanto o Brasil padecia sob o período de recessão, ocorriam pelo mundo diversas Conferências Internacionais que tinham por finalidade discutir a situação da mulher e propor soluções. Para Pinto (2003, p. 56), “esses eventos marcam a forma como a causa das mulheres era encarada por governos autoritários, sociedades conservadoras e projetos progressistas que viam com desconfiança a causa feminina”.

Em 1975, houve a realização da I Conferência Internacional da Mulher, no México, patrocinada pela ONU, e a decretação de 1975 como o Ano internacional da Mulher, e a declaração dos dez anos seguintes como a década da mulher. Nesse período, sob evidente influxo da agitação feminista, o Conselho das Nações sobre o Status da Mulher propôs a criação de órgãos nacionais de políticas públicas para a mulher (MIRANDA, 2015).

As recomendações feitas pela ONU para a criação de órgãos nacionais de políticas públicas para as mulheres chegaram a ser apresentadas no âmbito da Comissão Parlamentar Mista sobre a Condição da Mulher (CPI da Mulher), realizada no Brasil, em 1976 (ROSEMBERG, 2013). Conforme ainda Rosenberg (2013), as recomendações da CPI permaneceram esquecidas até 1982. Entretanto, após a vitória da oposição ao regime militar, foram reabertas “as discussões sobre a natureza institucional de um órgão governamental responsável pela implementação de políticas, visando à abolição das discriminações sexuais” (ROSEMBERG, 2013, p. 344).

A organização e mobilização das mulheres por todo o país culminou com a conquista de espaços institucionais que possibilitaram ampliar os debates em torno das causas específicas das mulheres (PINTO, 2003). No Brasil, dentre esses espaços destacam-se a Delegacia de Defesa da Mulher, os Serviços de Atendimento a Mulheres Vítimas de Violência; os Centros de Estudos de Relações de Gênero, instalados nas principais universidades do país, os Conselhos da Condição Feminina instituídos nas instâncias municipal, estadual e federal, órgãos governamentais encarregados do desenvolvimento de políticas públicas para as mulheres (LAIA, 2002).

Miranda (2015) destaca que a criação da Delegacia Especializada da Mulher, em 1985, foi uma das ações do Conselho paulista. Segundo ainda Miranda (2015), a ação do Estado em tratar a violência contra a mulher como um problema social a ser combatido foi a estratégia

para retirá-la do espaço privado, concedendo a visibilidade necessária ao seu enfrentamento. Ainda em 1985, foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), sediado no Ministério da Justiça, considerado uma conquista tanto dentro quanto fora do país.

O CNDM, embora localizado no Ministério da Justiça, respondia diretamente ao Presidente da República, obtendo alguma autonomia financeira e administrativa, ou seja, possuía caráter deliberativo (AVELAR, 2013). Para Montañó, Pitanguy e Lobo (2003), o CNDM teve um caráter inovador não apenas para as políticas de gênero, mas para as políticas em geral, pois inaugurava um novo *modus operandi* do Estado em fazer políticas públicas, não detendo mais o monopólio completo do processo e em cooperação com a sociedade.

O cenário das liberdades subtraídas pela ditadura foi sendo reconstruído pelo Estado, o que possibilitou a inserção de novos atores sociais, bem como a incorporação de novos temas, como gênero, na agenda governamental brasileira (FARAH, 2004). Para a autora, a organização das mulheres em busca de direitos civis e políticos, assim como pela igualdade em relação aos homens, trouxe à baila uma maior atenção do Estado às necessidades das mulheres.

O processo de redemocratização do país, em 1988, culminou com a conquista de novos espaços institucionais que possibilitaram ampliar ainda mais os debates em torno das causas específicas das mulheres (FARAH, 2004). Dessa forma, os movimentos feministas foram se intensificando e contribuindo sobremaneira para a inclusão da questão de gênero na agenda política, no final da década de 80, como uma das desigualdades a serem superadas pelo regime democrático (FARAH, 2004).

Ainda em âmbito internacional, dois eventos tencionaram as políticas de gênero no século XX: a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher – Convenção de Belém do Pará, em 1994, a IV Conferência Mundial sobre a Mulher e a Conferência de Beijing, em 1995. Esses eventos provocaram o alargamento do foco de políticas e ações para mulheres, para as políticas das desigualdades de gênero, levando em consideração que as relações entre homens e mulheres deveriam ser reavaliadas, tornando-se o Brasil signatário dessas convenções.

Dessa forma, a temática das mulheres passou a obter uma atenção específica e diferenciada, até então não vista através das políticas públicas. Assim, vemos surgir, na agenda política brasileira, as primeiras referências ao que, no início desse século, seriam as ações afirmativas com foco, dentre outras questões, na redução das desigualdades de gênero (RANGEL, 2010; AVELAR, 2013, MATOS; PARADIS, 2016). Nesse sentido, a inclusão da problemática da desigualdade de gênero nas agendas das políticas brasileiras é intensificada a

partir da década de 1990.

Santos et al. (2017) destacam a importância da mobilização dos atores sociais associada ao interesse das forças políticas daquele contexto, que proporcionou a abertura de diversos canais institucionais de participação política em diferentes esferas governamentais, logo após o processo de redemocratização do estado brasileiro.

Conforme Machado (1998), nos anos 90 o conceito gênero se tornou cada vez mais generalizado no campo intelectual brasileiro. O sucesso dessa categoria repercutiu por todo o país, valorizando inclusive o trabalho das intelectuais feministas. Segundo ainda Machado (1998), com as conquistas engendradas até o final dos anos 90, observou-se que iniciaram relativas conquistas institucionais em torno das pautas de gênero na agenda governamental brasileira.

Durante o Governo Fernando Collor de Melo (1990-1992), é inaugurado um projeto neoliberal de redução do Estado, implicando na redução das atribuições do CNDM e uma perda de suas atribuições no cenário político. Dessa forma, o presidente manteve o CNDM sem estrutura administrativa, sem orçamento próprio e com a nomeação de membros sem consulta aos movimentos feministas (ROSEMBERG, 2013).

Com a implantação do governo neoliberal, observa-se que há, no país, uma desarticulação das lutas feministas no âmbito do Estado, que perdura até o final da década de 90 (PIMENTA, 2010). Segundo ainda Pimenta (2010), a Medida Provisória nº 150, de 15 de março de 1990, proibiu dispêndios pela participação em Conselhos da Administração Pública Federal direta, o que sinaliza para um enfraquecimento da interlocução do Estado com os movimentos sociais. Machado (1998) destaca que a Reforma administrativa de 1998 rebaixou o CNDM dentro da estrutura administrativa do Ministério da Justiça, ao ser coordenado pela Secretaria de Direitos Humanos e atuando como mero interlocutor entre governo e sociedade civil.

Em maio de 2002, uma medida provisória criava a Secretaria dos Direitos da Mulher (SEDIM), que permitiu, junto ao processo de globalização dos influxos internacionais de agendas de movimentos sociais, a legitimidade e institucionalização de políticas públicas para mulheres e mudanças profundas na organização do Estado brasileiro (BRASIL, 2004).

No início do primeiro mandato do Presidente Lula, a Medida provisória nº 103, de 2003, transforma a SEDIM em Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM). A SPM foi o primeiro órgão, de abrangência federal, com status de Ministério e diretamente vinculada à Presidência da República. O órgão foi desenhado com vistas a fomentar estratégias para o desenvolvimento de políticas públicas integradas dirigidas às mulheres brasileiras (BRASIL,

2004). Dentro da ampla competência institucional da SPM encontra-se planejar a incorporação da perspectiva de gênero na ação do governo federal e demais esferas do governo, com vistas à promoção da igualdade. Dessa forma, as arenas de diálogo entre Estado e movimentos sociais voltaram a ser estabelecidas (BRASIL, 2004).

A SPM deu origem às conferências nacionais, vistas por Santos et al. (2017) como umas das maiores inovações institucionais desse contexto. Segundo os autores, foram eventos que congregavam delegados escolhidos entre atores da sociedade civil em etapas municipais e estaduais para discutir e propor encaminhamentos das políticas públicas em diversas áreas. Nesses espaços, eram debatidos problemas comuns ao universo feminino e propostas soluções que seriam compiladas nos Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres.

A I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres realizou-se em 2004, com a finalidade de estabelecer as diretrizes para o I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNM I) (AVELAR, 2013). Antecedida pelas etapas municipais e estaduais, a I Conferência teria envolvido mais de 120 mil mulheres em todas as regiões do país (BRASIL, 2004a). Dessa forma, gestoras e gestores públicos, das diferentes esferas de governo, organizações sociais dos movimentos de mulheres e feministas – negras, lésbicas, indígenas, sindicalistas, trabalhadoras rurais, militantes das áreas de saúde e de direitos sexuais e reprodutivos, entre outras – constituíram uma delegação de aproximadamente 2.000 mulheres que debateram intensamente quais seriam as diretrizes e a agenda política para a elaboração de um Plano que sistematizasse e operacionalizasse a Política para as Mulheres (BRASIL, 2004a).

O resultado foi o I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), aprovado pelo Decreto nº 5.390/2005, que define objetivos, metas, prioridades e ações, distribuídas por cinco capítulos – Autonomia e Igualdade no Mundo do Trabalho, Educação Inclusiva e Não-Sexista, Saúde das Mulheres, Direitos Sexuais e Reprodutivos, Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e Gestão e Monitoramento. O I PNPM foi elaborado por um grupo de pessoas, uma vez que demandava o diálogo constante entre a SPM e os demais órgãos governamentais representantes dos entes federativos e da sociedade civil organizada (BRASIL, 2004).

A segunda conferência ocorreu em 2009, envolvendo 200 mil mulheres em todo o Brasil. A II CNPM tinha como propósito avaliar a implementação das ações efetivadas pelo I PNPM, bem como elaborar o II PNPM (BRASIL, 2007). A II CNPM manteve as diretrizes e princípios da I edição do Plano, mas ampliou suas ações, através de orientação de novos eixos estratégicos, contemplando as diversas desigualdades que afetam as mulheres e ampliando o rol de ações a serem implementadas (BRASIL, 2007).

Com base nas orientações estratégicas aprovadas na II CNPM, foi elaborado o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – II PNPM, aprovado por meio do Decreto nº 6.387/2008, que incorporou novos eixos, tais como o Capítulo 9, de enfrentamento ao racismo, sexismo e lesbofobia; e o eixo 10, de enfrentamento das desigualdades geracionais, com atenção às jovens e idosas, bem como ampliou a abrangência da política (BRASIL, 2008).

O II PNPM trouxe avanços em relação ao primeiro, pois houve o entendimento de que no enfrentamento das desigualdades de gênero deve-se considerar não apenas as desigualdades “entregênero”, mas “intragênero”. As ações do II PNPM buscaram contemplar, portanto, as especificidades das desigualdades a que as mulheres estão submetidas, conforme sua inserção social. Assim, as mulheres vivem em contextos de desigualdades complexas e diferenciadas, conforme sejam mulheres urbanas ou rurais, heterossexuais ou lésbicas, jovens ou idosas, brancas, negras ou indígenas (BRASIL, 2008).

Os eixos do II PNPM dão visibilidade a essa leitura da realidade, ao preverem ações específicas para as mulheres rurais, do campo e da floresta. Por exemplo: Capítulo 6 - Desenvolvimento sustentável no meio rural, na cidade e na floresta e Capítulo 7 - Direito à terra, moradia digna e infraestrutura social nos meios rural e urbano, considerando as comunidades tradicionais, por exemplo), ou, ainda, eixos com metas e prioridades específicas, mas com ações dispersas ao longo do Plano, Capítulo 9 - Enfrentamento ao sexismo, racismo e lesbofobia e Capítulo 10 - Enfrentamento das desigualdades geracionais que atingem as mulheres, com especial atenção às jovens e idosas (BRASIL, 2008).

O desafio posto pelo enfrentamento ao sexismo, racismo e lesbofobia levou a SPM a instituir, por meio da Portaria nº 36/2009, um Grupo de Trabalho do Comitê de Articulação e Monitoramento do II PNPM para elaboração de propostas para a implementação do Capítulo 09 do referido Plano (enfrentamento ao racismo, sexismo e lesbofobia). O Grupo de Trabalho 09, que era integrado, majoritariamente, pela sociedade civil (07 representações da sociedade civil e 5 do governo federal), apresentou, em junho de 2010, seu relatório final, prevendo estratégias e ações de curto, médio e longo prazos (BRASIL, 2008).

O II PNPM orienta ainda que a transversalidade da política de gênero deve contemplar, necessariamente, o olhar sobre as diferentes formas de desigualdade, pois, caso contrário, os trabalhos para promoção da igualdade entre homens e mulheres poderão não ser bem-sucedidos (BRASIL, 2011).

O Governo Dilma Rousseff (2011- 2016) foi marcante para a história do país, por duas razões: a primeira é que representou a primeira vez em que uma mulher assumiu o poder no

Brasil no posto mais importante do país, o da Presidência da República; a segunda, conforme parte da literatura nacional (BIROLI, 2016; BISCAIA, 2016; MATOS, 2016), sua deposição em 2016 foi um golpe marcado pela misoginia.

A III Conferência Nacional foi convocada pela Presidenta Dilma Rousseff, por meio da SPM/PR e do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), reafirmando o compromisso do Estado com a promoção da “autonomia e igualdade das mulheres”. O processo de construção da 3ª CNPM contou com a participação de mais de 200 mil mulheres nas etapas municipais, estaduais e nacional, além do comprometimento da equipe organizadora, composta por integrantes da Secretaria de Políticas para as Mulheres, do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, do Fórum de Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres (BRASIL, 2013).

Segundo os anais da Conferência (BRASIL, 2013), foram aprovadas 91 resoluções a partir das propostas advindas dos grupos de trabalho e votadas em plenária, como orientação para a Política Nacional para as Mulheres. Para que os compromissos articulados na 3ª CNPM fossem viabilizados, seria necessário tanto o reconhecimento permanente por parte do governo de que as desigualdades entre mulheres e homens estruturam as relações políticas e sociais, quanto o envolvimento cotidiano de cada cidadã e cidadão brasileiro com a concretização da eliminação de todas as formas de opressão e discriminação contra as mulheres. Dessa forma, observa-se que houve uma ampliação do escopo relacionado a gênero e sua vinculação à ação governamental, a partir das discussões suscitadas pela III CNPM.

Durante a 3ª CNPM, a presidenta Dilma Rousseff reafirma a busca pela igualdade de gênero, através das políticas públicas no país. “Eu tenho o compromisso inabalável – e reafirmo aqui – de aprofundar as políticas de igualdade de gênero no nosso país” (BRASIL, 2013). Como resultado da 3ª Conferência, temos o III Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (BRASIL, 2013a), com ainda maior inserção das temáticas de gênero em diversas frentes do governo. Nota-se que o compromisso do poder público e suas esferas, aliado ao engajamento dos movimentos feministas e de mulheres, foram condições necessárias para o avanço na elaboração, implementação e avaliação de ações e políticas de promoção da igualdade de gênero, até a deposição da presidenta Dilma, em 2016. Nesse contexto, foi formulado o Programa Nacional Mulheres Mil, em 2011.

A incorporação da questão de gênero nas políticas públicas representou um avanço do Estado brasileiro. Os debates promovidos pelas Conferências, concretizados nos Planos Nacionais de Políticas para as mulheres, teve como maior objetivo inserir a problemática de gênero nas políticas públicas, de forma a tentar corrigir as disparidades ainda persistentes

entre homens e mulheres nas diversas arenas sociais.

2.3 Políticas públicas com perspectiva de gênero

No campo das políticas públicas tendo como foco a perspectiva de gênero, Farah (2004) orienta que os estudos ainda são incipientes. Porém, ressalta que é importante analisar políticas públicas e programas governamentais a partir da perspectiva de gênero, pois se torna possível verificar como as ações do Estado indicam um reconhecimento, por parte do poder público, das diferenças de gênero. A autora ainda destaca que é importante verificar se tais iniciativas incorporam a perspectiva gênero, entendida como uma orientação para a redução das desigualdades, isto é, das diferenças entre homens e mulheres, e entre meninos e meninas. (FARAH, 2004).

Há uma importante discussão em curso, quanto a formulações de políticas públicas para mulheres que reforçam o familismo e os papéis tradicionalmente impostos às mulheres. Nesse sentido, conforme Stromquist (1995), o posicionamento do Estado em considerar mulher e família como um duo inseparável pode ter como consequência a proposição de políticas públicas contraditórias em relação às mulheres.

Dessa forma, Stromquist (1995) orienta que a forma como o Estado tem posicionado a mulher na sociedade produz duas consequências na formulação de políticas públicas para esse público específico: por um lado, a necessidade do Estado em contar com as mulheres como mães e esposas compele-o a formular projetos muito convencionais na linha de gênero; por outro, a dependência das mulheres como força de trabalho, ainda que seja facilmente explorável, barata e manipulável, cria oportunidades para que se insiram no âmbito laboral, adquiram um determinado padrão de autonomia e, eventualmente, questionem sua condição de exploração.

Nobre e Faria (1999) observaram que o enfoque dado às mulheres, pelas políticas públicas, tem se efetivado, sobretudo, no combate à pobreza e vulnerabilidade social¹⁶.

Para Monteiro (2011, p. 31):

O tema caracteriza-se por um complexo campo conceitual, constituído por diferentes concepções e dimensões que podem voltar-se para o enfoque econômico, ambiental, de saúde, de direitos, entre tantos outros. Ainda que essa temática venha sendo trabalhada ao longo de anos, cabe salientar que ela consiste em um conceito em construção, tendo em vista sua magnitude e complexidade.

¹⁶ A vulnerabilidade não é uma essência ou algo inerente a algumas pessoas e a alguns grupos, mas diz respeito a determinadas condições e circunstâncias que podem ser minimizadas ou revertidas.

Segundo ainda Nobre e Faria (1999), esses programas têm voltado suas ações às famílias e aos papéis sociais atribuídos à mulher dentro da esfera privada, quais sejam, os cuidados domésticos, já mencionados anteriormente. No entanto, na visão de Monteiro (1995), as agências governamentais não foram capazes de imprimirem sozinhas um novo paradigma para a construção de intervenções que permitissem reduzir as desigualdades e a pobreza. Porém, influenciadas pelo arrefecimento dos movimentos feministas internacionais e pelas orientações de organizações internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU), o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), houve uma intensificação, a partir da década de 90, por ações, por parte dos governos da América Latina, que contemplassem políticas públicas com um olhar voltado para as mulheres em situação de vulnerabilidade social.

Nesse sentido, Lavinias (1997) afirma que as carências consubstanciais à condição feminina passam a instrumentalizar políticas que, mais uma vez, têm por objeto as mulheres e não as relações homem-mulher e seus antagonismos. Em virtude disso, Alvarez (2000) afirma que a pouca produção de políticas públicas produzidas até o momento de sua análise, não tem caráter de política. Segundo sua análise, são projetos ou programas pontuais e fragmentados, que têm sido direcionados às mulheres ditas vulneráveis, aquelas mais marginalizadas pelo próprio modelo e que integram, em muitos países, os programas de combate à pobreza. Portanto, não são políticas no sentido mais amplo.

Facio (1999), ao analisar políticas públicas e leis, constatou que a maioria delas não eram sensíveis a gênero. Segundo sua análise, tais políticas públicas e leis reforçam a condição natural da mulher, que lhes foi atribuída socialmente, culturalmente e historicamente. Nesse sentido, percebe-se que as políticas públicas estão imbricadas pela cultura androcêntrica, que segundo a definição de Facio (1999), é aquela em que o homem, seus interesses e suas experiências são o centro do universo. Os arquétipos tornam homens e mulheres socialmente desiguais.

No mesmo sentido, Carloto e Gomes (2011) verificaram o predomínio de políticas públicas de caráter focalizado e fragmentado, centradas nos papéis tradicionais da mulher dentro do lar e da família. Segundo ainda as autoras, a grande maioria das políticas, programas e projetos dirigidos às mulheres, em todo o mundo, enfocam os papéis das mulheres como de esposas e mães dentro da divisão sexual do trabalho e buscam enfrentar necessidades voltadas à esfera doméstica, mas que, na verdade, pouco contribui para a conquista do empoderamento.

Sen (2010) destaca que os diversos aspectos que marcam a situação da mulher na

atualidade, como o potencial para auferir rendimentos, papel econômico fora da família e alfabetização e instrução, embora pareçam variados e díspares, têm em comum a possibilidade de fortalecer a voz ativa e a condição de agente da mulher, por meio da independência e do ganho de poder. Nesse sentido, o autor orienta que ao elaborar políticas públicas para mulheres, devem-se levar em consideração, nas reflexões e debates, os múltiplos sujeitos envolvidos, como os gestores de políticas públicas, pesquisadores, ativistas sociais, e o debate deve ir além da questão de inserir políticas públicas de bem-estar para mulheres na agenda governamental, devendo repensar sobre as implicações do desenho de políticas públicas na contribuição para superar as diferenças que marcam homens e mulheres na sociedade e na construção de livre condição de agente da mulher.

Nesse sentido, Alvarez (2000) afirma que as políticas públicas, enquanto medidas adotadas pelo governo, podem contribuir para a (des) construção dos papéis sociais atribuídos às mulheres, especialmente aos que concernem à sua inserção no mercado de trabalho, marcado por uma acentuada precarização.

Segundo ainda Alvarez (2000), a importância de analisar tais políticas se dá em razão de, em muitos casos, destoarem dos propósitos iniciais das lutas dos movimentos feministas. A autora argumenta que quanto à adoção e aos sentidos atribuídos ao termo gênero no conteúdo das políticas públicas, pode haver ressignificações discursivas por parte dos Estados nas políticas públicas dirigidas às mulheres vulneráveis, pois é um indicativo de como o Estado posiciona a mulher na sociedade. Segundo ainda Alvarez (2000, p. 11) “o Estado muito fala de gênero e pouco faz para empoderar as mulheres”. A subordinação das mulheres atravessa, portanto, as práticas e discursos do Estado.

Nesse sentido, é necessário compreender qual o papel da mulher, segundo a ordem estatal vigente. Em programas de qualificação profissional como o Mulheres Mil, há uma proposta de ofertar cursos que possibilitem às mulheres tornarem-se microempreendedoras individuais ou montarem associações e cooperativas em suas comunidades. No entanto, é necessário verificar se tal iniciativa tem incutido o desejo de “retorno da mulher ao lar”, onde possa desempenhar atividades produtivas, conciliando-as com as reprodutivas.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O PMM tem a proposta de aliar o aumento da escolaridade à formação profissional de mulheres, com o objetivo de melhorar as condições de trabalho e qualidade de vida no local onde a população-alvo se encontra. No entanto, essa pesquisa tem como foco principal compreender se os cursos ofertados pelo programa conduzem a formação de mulheres em posições tradicionais no mercado de trabalho.

Como forma de elucidar se a qualificação profissional promovida pelo PMM contribui para o reforço dos estereótipos vinculados à mulher no mercado de trabalho, ou permite posturas emancipatórias, adotaram-se, como metodologia, as técnicas de análise documental, dos documentos oficiais do programa, e entrevistas semiestruturadas com as formuladoras e uma aluna egressa da política pública. Tal esforço visou compreender como o Estado, a partir de seus representantes legais, as formuladoras do Programa Mulheres Mil, têm traduzido a questão de gênero por meio da capacitação profissional de mulheres em vulnerabilidade social.

O primeiro percurso metodológico, referente à análise documental, visou investigar como a perspectiva de gênero foi pensada no conteúdo do PMM. Para tanto, a seleção dos documentos para a análise levou em consideração o fato de versarem sobre a formulação do PMM. A pesquisa compreende que essa etapa do ciclo da política pública contempla as diretrizes que o programa deve seguir para que possa alcançar os resultados previamente estabelecidos (SECCHI, 2015). Nesse sentido, a análise do PMM, a partir de sua formulação, ofereceu recursos para promover a discussão proposta pelo problema da pesquisa, à medida que os cursos ofertados deveriam adequar-se às orientações contidas nessa etapa.

Dessa forma, foram localizados na *web site* do programa três documentos: a Portaria 1.105/11/MEC/SETEC (BRASIL, 2011), que institui legalmente o Programa Nacional Mulheres Mil, articulado com o Plano Brasil sem Miséria; o documento Programa Nacional Mulheres Mil (BRASIL, 2011a), que traça diretrizes e metas para sua efetivação e o Guia Metodológico de Acesso, Permanência e Êxito (BRASIL, 2011b), que orienta a implantação do Programa e de suas ações nos Institutos Federais de Educação (IFs), responsáveis pela execução da política nos 27 estados brasileiros.

Para auxiliar a análise documental, associou-se à análise dos documentos oficiais a verificação do portfólio de cursos ofertados pelo programa, através de informações contidas em seu *website*, no período de 2007 a 2010, correspondentes à implantação dos projetos-piloto em treze estados das regiões norte e nordeste do país. Ressalte-se que as informações

pertinentes aos cursos ofertados pelos IFs, em cada unidade da federação, a partir da institucionalização do programa em 2011, até o ano de 2014, período em que foi incorporado pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), não estão disponíveis no *site* oficial do programa. Encontram-se, pois, dispersas e de difícil acesso nos sites oficiais das instituições ofertantes. No entanto, observou-se que os cursos ofertados nas diversas unidades do IF do país, a partir de 2011, seguem o mesmo portfólio de cursos do projeto-piloto do programa, razão pela qual se optou por analisar esse, que se encontra sistematizado no *web site* do PMM.

Acrescente-se, todavia, que a análise dos cursos representa a etapa final dessa análise, uma vez que foram investigados como os discursos e as subjetividades das formuladoras do programa, assim como as diretrizes contidas na formulação da política pública, contribuíram para o desenho dos cursos ofertados para as mulheres. Dessa forma, ressalta-se que não se pretende fazer aqui uma análise que perpassa a compreensão de se os cursos ofertados pelo PMM inserem as mulheres qualificadas em empregos tradicionais. Tal afirmação envolveria inúmeros fatores, dentre eles as subjetividades das mulheres beneficiárias do Programa, o que não é o enfoque desta pesquisa, que tem por proposta, a partir das orientações contidas nos documentos oficiais e nos relatos das formuladoras do PMM, compreender como os cursos têm sido formulados, do ponto de vista de gênero, e se tais proposições levam à proposição de qualificação profissional que reforça a inclusão de mulheres em áreas tradicionais no mercado de trabalho, que reduzem suas possibilidades de ascensão profissional e remuneratória.

Após a leitura, na íntegra, dos documentos e dos cursos, foram formuladas as categorias analíticas “Gênero” e “Trabalho”. A análise da questão de gênero no conteúdo do PMM atravessa toda a pesquisa. Nessa acepção, a decomposição analítica do termo gênero como uma forma de clarificar e especificar sistematicamente como se deve pensar seu efeito nas relações sociais e institucionais, interessa de forma particular a essa pesquisa. No entanto, para operacionalizar a variável “gênero”, esta pesquisa lançou como proposta a análise de gênero como construção social, conforme o conceito proposto por Scott (1995), que se opõe ao determinismo biológico nas relações entre os sexos. Dessa forma, a análise dos documentos do programa teve como finalidade compreender qual a concepção de gênero presente em seu conteúdo, o que permitiu perceber se tal percepção impacta na proposição dos cursos ofertados pelo programa.

Quanto à categoria trabalho, interessou-nos perceber se o PMM, através dos cursos, qualifica mulheres em atividades tradicionais, feminizadas, que reforçam o papel das mulheres nas esferas de cuidado e maternagem, restrita ao âmbito privado ou, se por outro

lado, ofereceu uma perspectiva emancipatória, no sentido de favorecer a inserção de mulheres no âmbito produtivo, em funções não estereotipadas como femininas, proporcionando sua autonomia, ascensão financeira e pessoal. Portanto, para operacionalização dessa categoria, foram propostas as variáveis “tradicional” e “emancipatória”.

No segundo percurso metodológico, e paralelamente à análise documental, realizaram-se entrevistas semiestruturadas com as formuladoras do programa. A opção pelo uso da entrevista se deu por duas razões principais: a primeira, em virtude da necessidade de complementar a análise documental, através da investigação das subjetividades das formuladoras do programa; a segunda, pela necessidade de perceber qual o papel da mulher no mercado de trabalho, a partir da visão dessas formuladoras, o que conduz à compreensão de se tais percepções estavam refletidas na proposição dos cursos de qualificação ofertados pelo programa.

Nesse sentido, as entrevistas serviram de estratégia para a coleta de informações quanto ao posicionamento das formuladoras do programa, sobre a adoção do termo gênero no programa, pois esta pesquisa parte do pressuposto de que as concepções das formuladoras têm reflexo na elaboração da política pública, conforme Secchi (2015).

Dessa forma, a escolha dos sujeitos da pesquisa deu-se através da exploração e identificação dos atores relevantes que participaram da formulação do PMM. A identificação dos sujeitos deu-se através da publicação denominada "Mulheres Mil na Rede Federal, Caminhos da Inclusão" (PACHECO, 2011). Nessa triagem, foram identificados diversos atores, tanto governamentais quanto não governamentais, como grupos de interesse do Canadá, que participaram ativamente na concepção e no desenvolvimento do Projeto-piloto do programa.

No entanto, os atores governamentais brasileiros, designados politicamente, ou seja, aqueles investidos de funções de confiança e aqueles investidos de cargos comissionados (SECCHI, 2015), para serem responsáveis pela elaboração do programa, foram os atores considerados relevantes para os propósitos desta pesquisa, uma vez que os demais enfrentariam dificuldades ao revelar aspectos cruciais dessa etapa da política pública, por não disporem dessas informações.

Diante do exposto, o critério de escolha dos sujeitos da pesquisa foi por meio da técnica de amostragem não probabilística bola de neve (*snowball sampling*), na qual os indivíduos selecionados para serem entrevistados convidam novos participantes da sua rede de conhecidos, nesse caso, que tenham participado da formulação do PMM. Os sujeitos tiveram que responder a um roteiro de dez perguntas semiestruturadas (APÊNDICE A) a

respeito do programa.

As entrevistadas tiveram grande relevância para a concepção do programa, pois contribuíram, direta ou indiretamente, com o desenho da política pública nacional, ocupando os seguintes cargos: Coordenação de comunicação do Mulheres Mil, Diretoria do IFPI Campus Teresina Zona Sul, Pró-Reitora de Extensão do IFPI e Diretora de Articulação e Projetos Especiais da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Destaque-se que as formuladoras entrevistadas ocuparam diversos cargos, desde a concepção inicial do programa até a sua institucionalização nacionalmente, no ano de 2011. No entanto, os cargos supracitados referem-se aos cargos ocupados na proposição do projeto-piloto do programa, conforme documentado por Pacheco (2011). Para preservar as identidades das atoras, foram adotadas as nomenclaturas “Formuladora 1”, “Formuladora 2”, “Formuladora 3” e “Formuladora 4” na pesquisa. A sequência numérica refere-se à ordem em que as entrevistas foram realizadas.

Após a realização das entrevistas com as formuladoras do programa, surgiu a necessidade de entrevistar alunas egressas desse, como forma de exemplificar a pesquisa. No entanto, o acesso às informações das ex-alunas do programa no IFPI (Instituto Federal do Piauí), tomando como base o campus Teresina Zona Sul, revelou-se difícil, por insuficiência dos dados cadastrais no ato da matrícula das mulheres nos cursos, como telefone e/ou endereço das mesmas. Após esforço, foi solicitada a uma ex-gestora do mesmo *campus* a indicação de uma aluna egressa que tenha obtido um bom desempenho e que tenha concluído um curso ofertado pelo programa, independentemente de sua inserção no mercado de trabalho.

A ex-aluna, identificada nesta pesquisa como “Beneficiária do PMM”, é egressa do Curso Costureira do PMM, do projeto-piloto do programa executado a partir do ano de 2008, no IFPI campus Teresina Zona Sul, e fez parte da organização de mulheres costureiras, protótipo do que viria a ser uma Cooperativa de mulheres costureiras, de alunas egressas do programa, e pôde compartilhar suas experiências através de suas falas. Os relatos da ex-aluna tiveram grande relevância para a pesquisa, pois foi possível obter o ponto de vista de uma beneficiária do programa quanto aos cursos ofertados, o que não deve ser compreendido aqui como representando as vozes de todas as mulheres que se qualificaram no PMM, uma vez que possuem características e subjetividades diferentes. A voz da ex-aluna foi utilizada, especialmente, como exemplificação, uma vez que o problema da pesquisa se firma no sentido de compreender a percepção de gênero das formuladoras do programa. Dito isso, foi elaborado um roteiro de entrevista semiestruturado específico para a ex-aluna (APÊNDICE

B).

O processo de interpretação e análise dos dados constituiu parte de todo o processo da pesquisa e contemplou: ordenação e sistematização dos dados, classificação dos dados e análise final. Para a ordenação e sistematização dos dados foi utilizada a análise de discurso e analisados através do *software* MaxQDA¹⁷.

Destaque-se que foi solicitado, no Portal da Transparência do Governo Federal, informações quanto ao total de mulheres qualificadas pelo programa no período de 2011 a 2014. No entanto, tais informações não foram disponibilizadas, pois ainda não se encontram sistematizadas.

¹⁷ MAXQDA é um software para análise de dados qualitativos e métodos mistos em pesquisas acadêmicas, científicas e comerciais.

4 ANÁLISE DO PROGRAMA NACIONAL MULHERES MIL SOB A PERSPECTIVA DE GÊNERO

Nesta seção, será analisado o Programa Mulheres Mil, a partir de sua formulação, e tomando como base as categorias analíticas propostas pela pesquisa, “gênero” e “trabalho”, na proposição dos cursos de qualificação profissional pelo programa. Tal esforço é necessário para responder ao problema proposto pela pesquisa: a concepção de gênero do Programa Mulheres Mil reforça o papel tradicional da mulher no mercado de trabalho?

Diante da situação precária das mulheres vulneráveis no mercado de trabalho, na atualidade, especialmente as chefes de família, o Programa Mulheres Mil surgiu com a proposta de enfrentar as barreiras econômicas e sociais a que estão submetidas, devido à persistência de padrões patriarcais na sociedade, que as coloca em posição inferior aos homens no âmbito laboral, com menores salários e reduzidas oportunidades de progressão profissional.

Para o enfrentamento dessa situação, o programa propõe a elevação de escolaridade associada à qualificação profissional de mulheres em vulnerabilidade social, que se encontram alijadas do mercado de trabalho, por meio da oferta de cursos de capacitação gratuitos nos Institutos Federais de Educação do país. A finalidade do programa é, portanto, promover a reinserção produtiva dessas mulheres, de forma que possam ser emancipadas financeiramente e passem, dessa forma, a contribuir com o sustento de suas famílias.

Nesse sentido, buscou-se, neste capítulo, analisar, a partir das falas das formuladoras da política pública e da análise dos documentos oficiais do programa, como foi traduzida a perspectiva de gênero no conteúdo do Programa Mulheres Mil. A partir dessa análise, e tendo como parâmetro a seleção de 13 cursos inicialmente ofertados pelo programa, enquanto projeto-piloto, objetivou-se compreender como os cursos traduzem a perspectiva de gênero identificada.

4.1 A formulação do Programa Mulheres Mil

A formulação de um programa equivale a uma das fases da *Policy Cycle* (Ciclo de políticas), que consiste na construção de possíveis soluções para lidar com uma questão recém-legitimada na agenda governamental (KINGDON, 1995). Dessa forma, na etapa da formulação, os problemas, propostas e demandas contempladas na agenda *setting* são explicitados, transformando-se em leis, programas e propostas de ações.

Para a pesquisa, a escolha da etapa de formulação do PMM está alinhada ao objetivo geral do estudo, que almeja compreender, a partir da análise dos documentos oficiais relativos à elaboração do programa e das entrevistas com as formuladoras da política pública, qual a perspectiva de gênero adotada pelo programa e se a referida perspectiva reforça as construções sociais em torno do papel tradicional da mulher no mercado de trabalho, através da escolha de cursos de qualificação destinados prioritariamente às mulheres.

Como visto anteriormente, com as transformações sociais e econômicas ocorridas na sociedade nas últimas décadas, observou-se o aumento de famílias monoparentais, chefiadas por mulheres. Portanto, a pobreza das mulheres chefes de família tem chamado atenção dos governos nacionais, pois houve uma alteração das atribuições da mulher, que passa a ser provedora financeira de suas famílias. No entanto, parte dessas mulheres encontra-se inserida em atividades informais de baixa remuneração, e grande parte se encontra alijada do mercado de trabalho, devido à baixa escolaridade e qualificação profissional, que dificulta sua inserção produtiva.

Dessa forma, a situação precária vivenciada por essas mulheres e suas famílias passa a ser um problema reconhecidamente público. À luz de estudos sobre processos de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas, principalmente os que enfatizam a construção de agendas (agenda *setting*), partimos do reconhecido pressuposto de que para uma questão social vir a ser considerada um problema público, e, como tal, inserido na agenda formal de governo, faz-se necessário o convencimento dos agentes envolvidos nos processos decisórios de que a situação deve ser priorizada e possui alternativas de intervenção pública.

No entanto, a adoção do Programa Mulheres Mil como uma possível alternativa para o enfrentamento dos problemas encarados pelas mulheres no mercado de trabalho surgiu de uma parceria realizada em 2005, entre o Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), na época Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica (CEFET) e o Niágara Collège (BRASIL, 2011). A intenção da parceria era capacitar mulheres de baixa renda em cursos oferecidos pelo CEFET-RN, através de investimento internacional de combate à pobreza disponibilizado por fundo canadense¹⁸. A parceria durou até 2007 e teve como resultado a formação profissional de 60 mulheres na área de turismo.

¹⁸ O projeto foi financiado por intermédio do programa PIPE (Programa Brasil-Canadá para a Promoção da Equidade) a ACIDI/CIDA (Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional) que ofereciam apoio a projetos com duração de dois a quatro anos, entre organizações brasileiras e canadenses nas áreas de governança, saúde, e/ou mundo do trabalho (PIPI iniciativa de longo prazo – Folheto 3).

A instituição canadense, diante do êxito no projeto, com a formação profissional de 60 mulheres no Rio Grande do Norte, passou a verificar o interesse dos envolvidos em realizar um curso com duração de um ano sobre Avaliação e Reconhecimento da Aprendizagem Prévia (ARAP), ferramenta aplicada nos *collèges* canadenses (BRASIL, 2008) para a certificação dos saberes que as mulheres possuíam previamente.

A experiência desenvolvida no CEFET-RN foi, então, ampliada para mais cinco CEFETS das regiões Norte e Nordeste do país. O principal objetivo da parceria era possibilitar o retorno à escolarização da população de baixa renda, por meio dos Institutos Federais, que naquele período ainda eram Centros Federais de Educação Tecnológica, através do método ARAP desenvolvido pelos *collèges* canadenses.

No ano de 2006, o IFRN e o Niágara *collège* apresentaram o resultado desta experiência com os cinco CEFET, na reunião da Rede Norte Nordeste de Educação Tecnológica (REDENET). O resultado foi tão impactante que o Canadá, por meio da Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional (CIDA) e da Associação dos Collèges Comunitários Canadenses (ACCC), e o Brasil, por meio da SETEC e da Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE), resolveram construir um projeto-piloto para ampliar a ação para outros estados (BRASIL, 2011c, p. 8).

É relevante tomar o depoimento de Sérgio França, Membro da Direção Nacional do Projeto Mulheres Mil, quanto ao esforço depreendido em relação ao papel de convencimento do projeto-piloto do Programa:

Os resultados alcançados nos deram forças para acreditar que podíamos ir além, fazer mais, chegar a mais mulheres, romper novas fronteiras e construir um projeto que pudesse ser referência no processo de políticas afirmativas, inclusivas e de equidade, focado especialmente nas mulheres brasileiras que, na nossa visão, eram e são elementos-chave no processo de estruturação das famílias, das comunidades e de todo o seu entorno. Com esta compreensão, passamos então para uma urgente, exigente e nova etapa. Tivemos que elaborar e submeter o Projeto Mulheres Mil às agências e órgãos de governo dos dois países. E aí veio à tona o que nós tínhamos de melhor e que iríamos ver no decorrer de todo o processo de implantação e do nosso projeto: as pessoas. Em uma semana, o Bernard Lachance, a Marti Jurmain, a Márcia Moreschi, o Gutenberg e eu sistematizamos todo o processo, gerando um documento que materializava as experiências, o domínio, o conhecimento e a visão dos nossos dois países. Projeto aprovado foi implantado nos 13 estados das regiões Norte e Nordeste (BRASIL, 2011c, p. 12).

Diante do exposto, é importante destacar a relevância dos atores no papel de convencimento do governo brasileiro quanto ao que viria a se tornar um projeto-piloto do Programa Mulheres Mil. Segundo depoimento de Bernard Lachance, ex-presidente da Associação dos *Collèges* Comunitários do Canadá (ACCC), merece destaque o papel dos atores, nacional e internacional, Brasil e Canadá, no processo de convencimento das agências

financiadoras¹⁹, e do próprio governo brasileiro, quanto à viabilidade do projeto:

Rodamos durante oito dias em Brasília, trabalhando para fazer o projeto. Os resultados são fantásticos! O sucesso aqui no Brasil foi maior do que no Canadá, foi realmente um grande sucesso. Os Institutos que implementaram o projeto fizeram um grande trabalho. Gostei muito do trabalho de todos, da ACCC, dos Institutos. O Sérgio França teve um papel importante na equipe para sensibilizar o MEC, os Institutos e a ABC. O projeto foi aceito pela CIDA na primeira seleção, e ela foi muito receptiva, porque a metodologia do projeto estava muito diferente do usual. O grupo, como um todo, foi fantástico. O Sérgio França foi visionário e tinha uma visão estratégica; a Marti Jurmain tinha um conhecimento muito grande da metodologia ARAP e também sabia como gerenciar um projeto. Eu assumi o papel de convencer; tinha ainda Márcia Moreschi e Gutenberg (BRASIL, 2011c, p. 9).

Conforme dito, um grupo de atores brasileiros e canadenses empenhou-se no papel de convencimento do governo brasileiro, quanto à viabilidade e à necessidade de um projeto que atendesse às mulheres pobres, qualificando-as para o mercado de trabalho. Atores são definidos na literatura das ciências políticas como aqueles indivíduos, grupos ou organizações que desempenham um papel na arena política (SECCHI, 2015). Secchi (2015) definiu como atores relevantes, em um processo de política pública, os que têm capacidade de influenciar, direta ou indiretamente, os seus resultados. Nesse sentido, complementa, “os atores interagem, alocam recursos, constroem coalizões e resolvem conflitos em um cenário político” (SECCHI, 2015). Depreende-se, dessa conceituação, que “os atores têm grande importância no processo de tomada de decisão” (HOWLETT et al., 2013, p. 158) de uma política pública, como ocorrera com o Programa Mulheres Mil.

É importante destacar que a essa época o Brasil estava sob o governo do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva. Durante seu mandato (2003-2011), foi criada uma institucionalidade favorável à causa das mulheres, com a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), através da Lei n.º 10.683, de 28 de maio de 2003 (BRASIL, 2003) e, posteriormente, elaboradas as Conferências Nacionais, realizadas em 2004, 2007 e 2011, que deram origem aos três Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres (PNPM), que orientaram quanto à elaboração de políticas públicas para mulheres, com a perspectiva de gênero, como visto anteriormente.

Nesse sentido, o governo do ex-presidente Lula pode ser compreendido como uma

¹⁹ As ações tiveram como financiadores e executores, por parte do Brasil, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), o Ministério da Educação, representado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, a Rede Norte-Nordeste de Educação Tecnológica; por parte do Canadá, a *Association of Canadian Community Collèges* (ACCC), a *Canadian International Development Agency* (CIDA) e os *Collèges* Canadenses. No desenvolvimento das ações, contou com o Conselho das Instituições Federais de Educação Tecnológica (CONIF) e com os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia de 13 estados das regiões Norte e Nordeste Influência atores Canadá e Brasil (BRASIL, 2011b, p. 3).

janela de oportunidade (*policy window*) (KINGDON, 1995) que se abriu para se colocar em pauta as demandas das mulheres, pois ampliou os debates quanto às desigualdades correlatas a que estavam submetidas. Assim, a institucionalidade construída a favor das mulheres deu origem ao compromisso do governo federal em propor políticas públicas para mulheres, atravessadas pela perspectiva de gênero, e favoreceu quanto ao processo de convencimento dos atores não governamentais em relação à viabilidade do projeto Mulheres Mil.

No período de 2007 e 2010 foi desenvolvido o projeto-piloto, e implementado em cooperação bilateral entre Brasil SETEC/MEC (Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica/ Ministério da Educação) e Canadá, em 13 estados do norte e nordeste, com 13 subprojetos para qualificação de mulheres. A experiência do projeto-piloto levou à institucionalização do programa em 2011, com abrangência nacional.

Uma vez aprovado, o projeto-piloto foi implantado em 13 estados das regiões Norte e Nordeste do país, regiões escolhidas por terem um número maior de mulheres em situação de vulnerabilidade social. Nesse cenário, os Institutos Federais de Educação (IF) apresentaram-se como as melhores alternativas para a execução do programa, devido à tradição que possuem na oferta de cursos técnicos no país, e por estarem instalados em todas as unidades da federação, o que favoreceria a qualificação de mulheres nos locais mais longínquos dessas regiões.

Os resultados obtidos permitiram ao projeto se expandir e se tornar um programa nacional, no ano de 2011. Instituído pela Portaria nº 1015, de 21 de julho de 2011, o Programa Nacional Mulheres Mil foi elaborado segundo as orientações do Plano Brasil sem Miséria e integra um conjunto de ações que consolidam as políticas públicas e diretrizes governamentais de inclusão educacional, social e produtiva de mulheres em situação de vulnerabilidade (BRASIL, 2011a).

Tomando como base a análise proposta por Kingdon (1995)²⁰ para a análise do PMM, observou-se que o nascimento da política pública emergiu da confluência de três fluxos distintos: a pobreza das mulheres e necessidade de renda (*problems*); a disponibilidade dos Institutos Federais em ofertar cursos de qualificação para o programa (*policies*) e a convergência de um governo sensível à causa das mulheres (*politics*).

No período de 2011 a 2014, o PMM se estendeu para os demais estados da federação e

²⁰ Kingdon (1995) argumenta que o nascimento de uma política pública depende da confluência de três fluxos distintos que influenciam na construção das políticas pelos governos: os problemas (*problems*), soluções ou alternativas (*policies*) e o fluxo político (*politics*).

tinha uma meta de qualificar 100 mil mulheres em todo o Brasil até 2014 (BRASIL, 2011a). Ainda no ano de 2014, o PMM foi vinculado ao Pronatec/Bolsa formação, como forma de financiar a permanência das mulheres nos cursos de qualificação, minimizando as possibilidades de evasão dos cursos de qualificação ofertados.

4.2 A concepção de gênero no Programa Mulheres Mil

Esta pesquisa parte da compreensão de que em todas as ações públicas há a possibilidade de existir um recorte de gênero, seja no sentido de reforçar padrões tradicionais de papéis masculino e feminino, seja no sentido de transformá-los (ALVAREZ, 2000).

Dessa forma, a interpretação dada pelo conteúdo do programa ao termo pode revelar como a ação estatal, por meio de uma política pública específica para a qualificação de mulheres, visa posicionar a mulher na sociedade, e mais especificamente, no mercado de trabalho, o que representa um indicativo de como o Estado tem enfrentado a questão de gênero, através de políticas públicas específicas para as mulheres.

Para tanto, a categoria gênero no PMM foi analisada de forma a visualizar, panoramicamente, qual o sentido atribuído ao termo “gênero” no conteúdo da política pública. Partindo da análise documental, verificou-se que o programa tem um viés de gênero, o que demandou um olhar mais atento quanto às subjetividades presentes na política pública, através das entrevistas realizadas com as formuladoras e com uma ex-aluna do programa.

No documento denominado Programa Nacional Mulheres Mil (BRASIL, 2011a, p. 5), verificou-se que há a definição do público-alvo do programa, que é composto por “mulheres que têm entre 18 e 60 anos e apresentam quadro de total exclusão social, educacional e econômica”. Dentre essas mulheres estão domésticas, marisqueiras, costureiras, entre outras, que cuidam dos filhos, da casa e muitas ainda são responsáveis pelos cuidados dos familiares mais idosos. Nesse sentido, a justificativa para o recorte de gênero do programa, contida no mesmo documento, baseia-se na redefinição do papel da mulher na sociedade, com a ampliação de sua responsabilidade pelo sustento de suas famílias:

A opção pelo recorte de gênero dá-se pelo crescente número de mulheres que ampliam o seu papel na sociedade e em suas comunidades, assumindo a chefia das suas famílias, e que são responsáveis não só pelo sustento financeiro das suas residências, mas também pelo desenvolvimento cultural, social e educacional dos seus filhos e demais membros da família, fato que repercute nas futuras gerações e no desenvolvimento igualitário e justo do País (BRASIL, 2011a, p. 5).

Dessa forma, de acordo com o documento Programa Mulheres Mil, há um enfoque nas

mulheres, pelo potencial que possuem para o desenvolvimento dos que se encontram às suas expensas e também pela possibilidade que possuem, em suas comunidades, de contribuir com o desenvolvimento local, devido ao papel de “agente de mulher” que possuem, conforme abordado por Sen (2010). Segundo o autor, trabalhar fora de casa e auferir uma renda independente tende a produzir um impacto claro sobre a melhora da posição social da mulher em sua casa e na sociedade.

Pertencente ao Plano Brasil sem Miséria, plano de combate à pobreza do governo federal brasileiro, lançado em 2011, o programa visa enfrentar o problema da pobreza a que as mulheres beneficiárias se encontram. Dessa forma, observou-se que o PMM focaliza no enfrentamento da pobreza a que essas mulheres estão submetidas, não necessariamente no enfrentamento da questão de gênero que as acometem quando inseridas no mercado de trabalho. Nesse sentido, a “Formuladora A” define a perspectiva de gênero do programa:

Ele tá pensando em mulheres que têm filhos e que por isso transmite a sua pobreza. Então ele tá pensando numa mulher biológica, que tem útero e ovário e pare. Então, a concepção de gênero do programa, e você veja a própria contradição, ela é hetero, ela é biologicamente olhando para os órgãos sexuais (FORMULADORA A) [sic].

De acordo com a fala da Formuladora A, ao assumir uma perspectiva de gênero calcada no enfrentamento da pobreza da mulher, a política pública passa a ter um olhar voltado para a resolução dessa problemática, em detrimento das questões da ordem de gênero, que culminam para a exclusão social e produtiva da mulher. Além disso, ao focalizar nas mulheres que transmitem a pobreza para seus filhos, o programa traz como implicação a inexistência de diálogo com outras realidades, como as questões identitárias abordadas nas teorias pós-estruturalistas do feminismo, pois o enfoque é dado exclusivamente em mulheres no sentido biológico. Segundo as teorias pós-estruturalistas, tanto a orientação sexual quanto a identidade sexual, ou de gênero dos indivíduos, são o resultado de uma construção social e, portanto, não existem papéis sexuais biologicamente inscritos na natureza humana. Dessa forma, e tendo como fundamento essa corrente teórica, para ser mulher ou homem o indivíduo precisa se reconhecer como tal.

Embora o programa tenha estabelecido como público-alvo mulheres, no sentido fisiológico, outras pessoas que se identificaram como mulheres tentaram acessar o programa. A Formuladora A relata a experiência de uma paneleira²¹ travesti, residente na cidade de Vitória–ES, que tentou ingressar em um curso do programa, mas que teve sua inscrição negada pelo Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica

²¹ Mulher que faz ou vende panelas.

(Sistec), que não reconhecia a inscrição por se tratar de um nome masculino. Segundo ainda a fala da entrevistada, a negativa ocorreu em virtude de a requerente não possuir nome social²², feminino, registrado em seu documento de identificação²³. Segundo a Formuladora A:

(...) o programa peca quando nos seus documentos ele sequer abre essa possibilidade de dialogar com o público LGBTI, então mostra o próprio conservadorismo, ou, a não condição de olhar essa questão pela equipe que pensa o programa incluindo a mim mesma. De olhar essas outras realidades que iam bater na porta do Programa (FORMULADORA A) [sic].

Percebe-se, pela fala da entrevistada, que o programa foi desenhado com base nas definições biológicas de sexo (feminino e masculino). No entanto, tais definições não comportam, pelas mesmas razões, as transformações sociais que a sociedade vem passando na ordem de gênero, com as múltiplas identidades em que os sujeitos podem reconhecer-se. Dessa forma, conclui-se que há certo conservadorismo identificado inicialmente no conteúdo do programa, que logo passou a ser contestado.

Conforme a fala da Formuladora A, a gestora local do programa na cidade de Vitória-ES, cidade em que ocorreu a negativa de matrícula da mulher travesti, ao tomar conhecimento do caso, acionou a Coordenação Geral do PMM para, junto a essa, impetrar uma denúncia junto à Secretaria de Direitos Humanos (SDH), em decorrência de o sistema impossibilitar a matrícula da requerente. De acordo com o relato da Formuladora A, paralelamente à denúncia realizada, e independentemente do resultado, houve o acolhimento e a matrícula da aluna travesti pela gestora do programa. O caso ocorrido com a paneleira travesti, portanto, provocou tensionamentos no programa, no sentido de adequar-se às demandas que foram batendo à sua porta. Porém, o esforço pessoal da gestora do programa, sensível a questão de gênero, foi fundamental para a flexibilização da política pública. A análise desse caso nos permitiu inferir que os valores dos gestores do programa têm impacto na forma como o programa é executado, o que para a Formuladora A é um indicativo de que a sua gestão é feita “na ponta”, ou por seus executores, ou seja, por aqueles que acessam diretamente os beneficiários da política pública e que imprimem ali seus valores pessoais.

O caso ocorrido em Vitória suscitou novas pesquisas como forma de averiguar se houve experiências semelhantes em outras unidades da federação. Como resultado, verificou-se que no ano de 2017 houve a formação profissional de uma turma composta exclusivamente por travestis e mulheres transexuais no IF do estado de Alagoas, no Programa Pronatec

²² Nome social é o nome pelo qual pessoas transexuais, travestis ou qualquer outro gênero preferem serem chamadas cotidianamente, em contraste com o nome oficialmente registrado que não reflete sua identidade de gênero.

²³ À época da solicitação, esse procedimento era obrigatório

Mulheres Mil (BRASIL, 2017), que sinaliza para uma abertura da política pública para contemplar realidades não consideradas na formulação do Programa.

Diante do exposto, a análise da concepção de gênero do programa permitiu verificar que as questões de gênero, que definem rigidamente os papéis que homens e mulheres devem ocupar na ordem social, estão imbricadas no conteúdo inicial do PMM. No entanto, os tensionamentos que a política vem sofrendo, ao longo de sua execução, e a própria realidade que as mulheres enfrentam, tem possibilitado que o programa se reveja enquanto uma política pública de gênero.

Outro problema enfrentado pelo programa, quanto à questão de gênero, diz respeito às mulheres beneficiárias do programa, que cuidam dos lares e dos filhos, e são sustentadas financeiramente pelos maridos. Segundo a Formuladora B, essas mulheres enfrentam grandes dificuldades para a realização dos cursos, devido ao acúmulo de responsabilidade a que estão submetidas no âmbito doméstico, conforme relato feito sobre uma ex-aluna do programa:

Ela tinha que sair 4 h da manhã do interior pra ir pra cidade e da cidade vir pra cá. Deixava tudo pronto em casa. Professora eu já deixei a comida do meu marido, dos meus filhos, tudinho. Minha filha e você acordou que horas? 3 h pra deixar tudo organizado e vir [sic].

De acordo com a fala da Formuladora B, é possível perceber que ainda persiste, de forma considerável, a tradicional divisão sexual do trabalho, conforme analisado por Hirata e Kergoat (2007), com as atividades reprodutivas assumidas como responsabilidades exclusivas das mulheres. Conforme abordado por Hirata e Kergoat (2007), a divisão sexual do trabalho, que sobrecarrega as mulheres com os afazeres domésticos e de cuidado, dificulta seu acesso e permanência no mercado de trabalho, bem como a sua ascensão profissional.

Nesse sentido, para que as beneficiárias do programa possam concluir os cursos, precisam especialmente dos filhos mais velhos para realizarem a divisão das atividades domésticas. A “Ex-beneficiária do programa” relatou como teve que se desdobrar, contando com a ajuda de sua filha, para realizar o curso:

Eu sempre fiquei responsável por tudo na minha casa. Tem meu irmão que sempre tá aqui comigo, ele sempre faz as coisas, assim ...pra limpar a casa por cima, ele limpa. Mas as outras coisas, de comprar, de fazer, pode ter quem tiver aqui, mas sou eu que faço. Quando passei a trabalhar fora de casa, foi minha filha que assumiu os afazeres de casa. Minha casa anterior era perto da casa da minha mãe aí sempre foi assim ... a gente se ajudando. O meu apoio para trabalhar fora de casa era da minha própria filha, que cuidada da minha outra menina que adotei. Se chegasse meus parentes do interior na minha casa ela sabia receber, a Letícia. Quando ela tinha sete anos, vinham meus tios do interior. Quando eu chegava lá em casa ela já tava lá, ela sabia aumentar a comida, fazer o tanto de comida pra eles, fazia um café na hora que chegava, sempre ela me ajudou (EX-BENEFICIÁRIA DO PROGRAMA) [sic].

Segundo a fala da Ex-beneficiária acima, o apoio da filha foi essencial para a conclusão de seu curso de Costureira. Essa questão leva à compreensão de que a falta de equipamentos coletivos públicos em número suficiente para o cuidado dos filhos dessas mulheres, enquanto estudam, como abordado por Sorj (2013) e Miguel e Biroli (2014), compromete seu desenvolvimento profissional e sobrecarrega as crianças com atividades que não deveriam ser executadas por elas.

Nesse sentido, observa-se que as assimetrias que marcam homens e mulheres no mercado de trabalho na sociedade derivam de percepções tradicionais, construídas e sustentadas socialmente, quanto ao papel da mulher (mãe, esposa, dona de casa), que não comportam, pelas mesmas razões, seu papel no âmbito público (BRUSCHINI, 2007; BRUSCHINI; RICOLDI, 2009; HIRATA, 2004, 2009; SORJ, 2004, 2013).

Conforme a Formuladora B, para reduzir a evasão escolar das mulheres beneficiárias, devido às responsabilidades domésticas, o programa tenta enfrentar essa questão por meio de uma bolsa de assistência estudantil, em dinheiro, fornecida às alunas até o final dos cursos:

Uma das grandes barreiras que a gente encontrava era que todas elas donas-de-casa, mães...acho que uma ou outra não tinha filhos. Então como é que elas iriam deixar eles abandonados? porque não tinham como pagar uma babá, não tinham dinheiro para pagar uma empregada doméstica, então quem ia cuidar desses meninos enquanto elas estavam fazendo o curso? Aí começa até a gerar problemas também com os maridos, que eram 100 % provedores da casa, então como é que a gente vai contornar, como a gente vai fazer o convencimento pra essas mulheres deixarem aquela vida que elas já estavam acomodadas, já estavam acostumadas pra vir fazer... participar do projeto? Então a gente tinha o quê? de ofertar coisas que fossem atrativas pra elas. Aí os atrativos eram a questão da alimentação, ter o transporte, mostrar pra elas que teriam outras oportunidades de se inserirem no mercado através do projeto, né? [sic] (FORMULADORA B).

A fala da Formuladora B denota que as questões patriarcais da ordem de gênero estão presentes na vida das mulheres beneficiárias do programa. Elas se deparam cotidianamente, no âmbito doméstico, com a difícil tarefa de conciliar atividades reprodutivas com produtivas, sendo “forçadas” a fazer escolhas em detrimento do seu desenvolvimento profissional. Segundo ainda o relato da Formuladora B, no caso das mulheres chefes de família, em muitos casos a bolsa concedida pelo programa era utilizada para atender às necessidades básicas de seus lares, como a aquisição de alimentos ou pagamento de contas, como relatado pela Ex-beneficiária do programa:

(...) Tem dia que a gente não tem um centavo, aí eu tinha esse dinheirinho que eles davam, mas tipo assim, era todas, não era só eu não, precisa e usava pra outras coisas. Ai eu fazia uma costurinha aqui e outra ali aí eu sempre tinha um tostãozinho, sempre! Ai pensava “dá pra eu ir hoje pra aula? dá pra eu ir!”. Porque essa ajuda de custo era só pra se manter, pagar transporte essas coisas assim, né?

Eram os canadenses que mandava. Aí era pra pagar transporte e tudo e eu sempre me virei. Além desse ajuda eu ainda trabalhava em casa, digo: tenho já que me cuidar que tenho que ir pro curso [sic].

A fala da ex-beneficiária do programa denota que diante das dificuldades enfrentadas para a realização do curso, especialmente as de ordem financeira, havia um esforço, reconhecido pela mesma, em tentar concluir o curso, pois via nele a oportunidade de alterar a realidade em que estava inserida.

Diante do exposto, é fundamental observar qual (is) a(s) perspectiva(s) de gênero presente(s) no conteúdo do programa, como forma de compreender se tais percepções levam à proposição de cursos de capacitação que reforçam o papel tradicional da mulher no mercado de trabalho, o que consequentemente reduz as possibilidades de as mulheres qualificadas pelo programa concorrerem em condições de igualdade (de oportunidade e salarial) com os homens, no mercado de trabalho.

A análise da perspectiva de gênero a partir das falas das formuladoras do programa permitiu verificar, dentre outras informações, que a concepção do termo “gênero” não era compreendida da mesma forma pelas formuladoras entrevistadas. Ao lançar as questões nº 5 “O que você entende por gênero?” e nº 6 “Qual o sentido atribuído ao termo gênero na política? (Anexo A), foram obtidas respostas diversas, muitas vezes atravessadas por valores pessoais das formuladoras. Dessa forma, observou-se que parte das formuladoras compreendia gênero de forma biológica, ou seja, associada às diferenças anatômicas entre homens e mulheres. Portanto, a compreensão dessas formuladoras quanto aos papéis que as mulheres poderiam ocupar no mercado de trabalho (Questão 9 – Anexo A) sofria a influência da divisão sexual do trabalho, conforme será melhor analisado na “categoria trabalho”. No entanto, uma das formuladoras entrevistadas (FORMULADORA A) demonstrou obter conhecimento sobre a temática gênero como construções sociais baseadas na interação entre homens e mulheres, o que a levou à compreensão de que os cursos ofertados devem capacitar mulheres para profissões que independem de vinculação sexual, que as permitam concorrer com os homens, em condições de igualdade e dignidade, a bons postos de trabalho.

Dessa forma, como será melhor analisado na seção seguinte, observou-se que os discursos das formuladoras estão presentes nos cursos analisados do Programa, seja nos que são vinculados socialmente ao sexo feminino (ordem biológica) ou, em menor quantidade, os que não fazem essa distinção (construção social).

4.3 A concepção de trabalho no Programa Mulheres Mil

Esta seção tem como objetivo verificar, através da análise documental e das entrevistas, se os cursos do PMM reforçam os estereótipos vinculados à mulher no mercado de trabalho, ou permitem posturas emancipatórias. Dessa forma, para melhor compreender como a concepção de trabalho feminino é percebida pelo programa, paralelamente à análise documental e entrevistas, realizou-se a análise de 13 cursos propostos como forma de verificar se a(s) percepção(ões) de gênero impactaram na definição dos cursos ofertados.

Segundo a leitura realizada nos documentos do Programa Nacional Mulheres Mil (BRASIL, 2011) e no Guia Metodológico de Acesso, Permanência e Êxito (BRASIL, 2011b), o desafio contido no PMM é capacitar mulheres de baixo nível de escolarização, dificuldade de aprendizagem, pobreza acentuada, baixa autoestima, de forma que vislumbrem novas possibilidades em suas vidas, a partir da aquisição da renda derivada das atividades as quais seriam habilitadas a desempenhar. Dessa forma, o programa possui um viés mercadológico, de (re)inserção produtiva de mulheres que se encontram fora do mercado de trabalho.

Para atender às múltiplas necessidades das mulheres público-alvo do programa, a Portaria nº 1015/11 (BRASIL, 2011), em seu art. 4º, § 1º, orienta que: “os cursos e projetos do Mulheres Mil deverão considerar as características das mulheres atendidas, a fim de promover a equidade, igualdade de gênero, combate à violência contra mulher e acesso à educação”. Dessa forma, o documento denominado Guia Metodológico de Acesso, Permanência e Êxito²⁴ (BRASIL, 2011b), ou manual de execução do programa pelas instituições ofertantes, informa que os saberes e competências que as mulheres possuem previamente são considerados para a proposição dos cursos de capacitação.

Ainda no documento Guia Metodológico (BRASIL, 2011b), no módulo denominado “Acesso”, contém as instruções para que uma equipe de profissionais formada por servidores dos Institutos Federais, incluindo a Gestora Local do programa, realize o procedimento de busca ativa de mulheres nas comunidades previamente definidas. Através de uma sistemática de aproximação, compreensão e diálogo com as mulheres residentes nas comunidades e territórios a equipe aproxima-se de uma determinada realidade e do contexto em que as mulheres estão inseridas. Dessa forma, e utilizando outras ferramentas propostas no módulo

²⁴ Dividido em dois módulos – Acesso e Permanência e Êxito – o guia traz em seu bojo, de forma pormenorizada, as orientações necessárias para a adequada implementação e execução do Programa nos Institutos Federais. O Programa trás no primeiro módulo a elaboração de estratégias de busca de mulheres nas comunidades para a realização de cursos nos IFs. A ação é iniciada pela formação de equipes multidisciplinares vocacionadas para o trabalho com este público específico, imbricados por históricos de extrema pobreza, de violência e exclusão: “a referida equipe analisa o perfil dessas mulheres, os recursos disponíveis, as oportunidades e as capacidades locais e, a partir disso, propõe cursos voltados para o atendimento das necessidades identificadas” (BRASIL, 2011c).

Permanência, como o mapa da vida, os profissionais identificam as habilidades, os anseios, as demandas das mulheres e o potencial socioeconômico da região para, a partir dessa análise, propor cursos que se adequem a essas características.

De acordo com o relato da Formuladora D, as mulheres normalmente já se encontram organizadas em alguma atividade produtiva dentro das comunidades. No entanto, em muitos casos, observou-se que apesar de possuírem o conhecimento empírico para a execução de algumas atividades (muitas vezes ensinadas por suas mães), não possuíam conhecimento técnico para o pleno desenvolvimento dessas atividades. Segundo relatado pela Ex-beneficiária do programa: “(...) minha mãe foi uma guerreira...desde que a gente morava no interior ela era costureira. Ela nunca fez curso, mas ela costurava. Aprendeu sozinha. São seis filhas mulher, nenhuma sabe costurar, só eu. Ela me ensinou e eu fazia de tudo pra aprender também, sabe?” [sic]. O papel do programa, nesse caso, segundo o documento Programa Mulheres Mil (BRASIL, 2011a), é aperfeiçoar os processos produtivos já desenvolvidos pelas mulheres, através de cursos de qualificação que visem aperfeiçoar as técnicas empregadas, de forma que possam reduzir custos e ampliar lucros.

Nas comunidades selecionadas pelos Institutos Federais em que as mulheres não estão organizadas produtivamente, ou que se encontram desempregadas ou em subempregos, o programa visa identificar as limitações educacionais das potenciais alunas, os saberes e anseios que possuem para a elaboração de cursos que lhes permitam ser reinseridas no mercado de trabalho. Conforme o documento Guia Metodológico (BRASIL, 2011b), é realizado um diagnóstico das demandas dos arranjos, das vocações e potencialidades nos campos produtivos, sociais e culturais, que embasarão as decisões da equipe multidisciplinar no atendimento das necessidades das mulheres no mundo do trabalho.

É importante destacar que embora os saberes que as mulheres possuem devam ser considerados para a proposição dos cursos, não há uma imposição do programa para a formulação de cursos vinculados a atividades tidas, socialmente, como femininas. Conforme a Portaria, em seu art. 4º, § 5º (BRASIL, 2011), as instituições de ensino ofertantes têm a discricionariedade de ofertar cursos mediante a observância das diretrizes curriculares nacionais e demais atos normativos do Conselho Nacional de Educação.

Entretanto, conforme relatado pela Formuladora A, em decorrência de o público-alvo do programa ser formado por mulheres vulneráveis, alijadas do mercado de trabalho, os conhecimentos que possuem, normalmente, estão atrelados às atividades de cuidado e maternagem, às quais são naturalmente responsáveis por serem desenvolvidas no âmbito doméstico, como: lavar, passar, cozinhar, cuidar de crianças e idosos e desenvolver atividades

manuais, como artesanato. Isso está de acordo com o proposto por Bruschini e Ricoldi (2009) e Gama (2014), segundo os quais, ao longo da história, os trabalhos produtivo e reprodutivo organizaram-se rigidamente na definição dos papéis de gênero que homens e mulheres deveriam assumir na sociedade. Dessa forma, as atividades reprodutivas ficaram a cargo das mulheres.

Segundo afirma a Formuladora A, a política pública recai em um paradoxo, pois ao diagnosticar os saberes que as mulheres possuem como requisito para a elaboração dos cursos, verifica-se que são atrelados às atividades que exercem no seu cotidiano: atividades de cuidado desenvolvidas no ambiente doméstico, o que, em sua concepção, reforça as desigualdades de gênero. Conforme Saffioti (1987), esta rígida divisão dos papéis sociais, com atividades distintas para homens e para mulheres, denuncia a permanência dos padrões patriarcais que inferiorizam as mulheres, situando-as em posição de subalternidade.

Em decorrência disso, percebe-se que embora o programa dê a discricionariedade para as instituições ofertantes (os Institutos Federais) ofertarem cursos diversos, sem a necessidade expressa de estarem vinculados ao universo feminino, a metodologia empregada pelo programa impõe que os conhecimentos prévios que as mulheres possuem, muitas vezes restritos às experiências vivenciadas no âmbito privado, na vida doméstica, sejam considerados nas propostas de elaboração dos cursos. Isso, para Formuladora A, faz como que o programa recaia em um paradoxo:

Isso é uma faca de dois gumes, o que as mulheres sabem está muitas vezes restrito ao âmbito privado da vida doméstica e isso não quer dizer que elas não possam fazer outras coisas. Então eu acho que é a própria perspectiva de gênero que eu te falei que era mulher, portanto, os locais sociais da mulher acabam restringindo o nosso olhar, por isso é importante que o programa se revesse na própria perspectiva de gênero (FORMULADORA A).

De acordo com a fala da Formuladora A, verifica-se que as subjetividades das atoras formuladoras da política pública, quanto ao papel da mulher no mercado de trabalho, podem estar refletidas nos cursos analisados pela pesquisa. Conforme ainda sua fala, isso ocorre porque “os locais sociais da mulher acaba restringindo o olhar dos formuladores dos cursos para os cursos na área de cuidado, por isso é importante que o Programa se revesse na própria perspectiva de gênero [sic].”

Dessa forma, observou-se que parte das formuladoras do programa entende que deve haver a proposição de cursos voltados especificamente para mulheres, e outra parte, identificada na pesquisa como sensíveis ao gênero, que não. Como relatado pela Formuladora B, mesmo quando as instituições de ensino possuem estrutura que possibilite a proposição de

cursos não vinculados socialmente ao universo feminino, há uma resistência dos formuladores em elaborar cursos que destoem das propostas convencionais de capacitações para mulheres, ou que permita a conciliação das atividades produtivas com as reprodutivas.

Entretanto, é necessário destacar que para a oferta dos cursos do programa, além do conhecimento prévio das mulheres, é também fundamental considerar a capacidade que as instituições de ensino, os Institutos Federais, possuem para receberem essas mulheres, tendo em vista suas limitações educacionais, devido à baixa escolaridade que as mulheres beneficiárias do programa possuem.

Além disso, os IF são especializados em áreas técnicas orientadas para o mercado de trabalho, como, por exemplo: vestuário, gastronomia/alimentos, construção civil. Portanto, os cursos ofertados pelo PMM devem ser pertencentes às áreas que cada campi do IF possui:

(...) Ah, e há também coisa que não se discute que eu acho que o programa tem que ser mais honesto, é sobre quais as condições de possibilidades dos IF ofertarem alguns cursos em detrimento de outros. Ora! Um IF que está nas áreas das ciências, vou chamar aqui de ciências naturais...Química, Física, se ele der um curso na área de alimentos, por exemplo, precisará de muitos parceiros para que os cursos ocorram. Então eu acho que o IF também tem que pensar de forma mais pragmática o que que eu tenho de expertise e a partir daí pensar os cursos que eu posso ofertar para o PMM, e tentar um diálogo com o que as mulheres sabem (FORMULADORA A) [sic].

No entanto, conforme relatado pela Formuladora B, o discurso da limitação imposta pelos IFs para a oferta de cursos pelo programa, de acordo com a estrutura e *expertise* que possuem, não se sustenta quando da proposição de cursos que destoam da cartilha dos já tradicionalmente ofertados para mulheres:

(...) eu fiz lá uma proposta, é porque não foi aceita, da gente fazer algum curso da área de motores de motocicleta. A mulher ela é mais atenciosa em certos pontos, então ela é mais atenção em algumas coisas, nos detalhes, diferentemente do homem. Tanto é que as construtoras dão a maior preferência para mulheres para trabalharem nessas áreas de assentamento, acabamento... é exatamente aquele olhar mais detalhista. Então eu fiz essa proposta, mas fui voto vencido na época. Na busca ativa que nós fizemos nas comunidades, com o pessoal da Semtcas eles não acharam que teria muito sucesso a oferta do curso de motores de motocicleta para as mulheres, mas pra mim teria. Era um curso que poderíamos ofertar porque o campus tinha infraestrutura pra isso, aquelas oficinas mecânicas lá muito bacanas...mas não aconteceu [sic] (FORMULADORA B).

Conforme a fala da Formuladora B, a proposta de oferta do curso de motores de motocicleta não foi acatada, mesmo a instituição possuindo infraestrutura para tanto, o que sinaliza como um problema da ordem de gênero permeada por percepções patriarcais quanto ao lugar que a mulher pode ocupar no mercado de trabalho. Observa-se, também, que a fala da Formuladora B está permeada por concepções estereotipadas sobre o papel da mulher no âmbito laboral, mesmo sendo favorável à

implantação de um curso que fuja do que tradicionalmente é vinculado às mulheres. Isso, de acordo com Giffin (1991) e Nye (1995), evidencia o poder simbólico das características fisiológicas das mulheres, que contribuem para inferiorizar a mulher.

Diante do exposto, faz-se necessário analisar os cursos ofertados pelo PMM, conforme exposto no Quadro I, como forma de compreender se, a partir de sua proposição, há o reforço de atividades tradicionais para mulheres no mercado de trabalho:

Quadro 1 - Cursos ofertados pelo Programa Nacional Mulheres Mil em seu projeto-piloto

Projetos	Estado/Cidade	Curso (s) ofertado(s)
Alimento da Inclusão Social	São Luiz	Técnicas de congelamento de alimentos.
Casa da Tilápia	Rio Grande do Norte	Beneficiamento do couro de peixe (curtume), alimentos (processamento de frutas) e artesanato (customização do couro).
Cidadania pela Arte	Tocantins	Artesanato, reciclagem, bijoias (confeção de bijuterias com sementes) e produção de peças diversas, utilizando buriti, capim dourado e babaçu.
Culinária Solidária	Recife	Preparação de alimentos congelados e semiprontos para residências e ao atendimento de encomendas de restaurantes, padarias, festas.
Desenvolvimento Comunitário	Paraíba	Pesca, meio ambiente e artesanato.
Do lixo à Cidadania/ Pescando a Cidadania	Aracaju	Qualificação profissional das mulheres que participam da Cooperativa de Agentes Autônomos de Reciclagem de Aracaju (CARE).
Inclusão com Educação	Boa Vista	Elevação de escolaridade e a profissionalização na área de alimentos para reeducandas da Penitenciária Feminina agrícola de Boa Vista.
Mulheres de Fortaleza	Fortaleza	Turismo, Manipulação de Alimentos e Governança.

O Doce Sabor de Ser	Alagoas	Gastronomia.
Transformação, Cidadania e Renda	Manaus	Turismo.
Um Tour em Novos Horizontes	Bahia	Saúde e turismo.
Vestindo a Cidadania	Teresina	Moda e Confecção.

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados disponíveis no site do Programa Nacional Mulheres Mil (2008).

O Quadro 1 foi elaborado com informações pertinentes aos projetos e aos respectivos cursos ofertados em treze Estados/Capitais das regiões Norte e Nordeste do país que participaram do projeto-piloto, que antecedeu o programa em âmbito nacional. A análise do quadro permitiu verificar que existiam propostas de cursos para mulheres que se encontravam organizadas em unidades produtivas, como o curso para as mulheres da Cooperativa de Agentes Autônomos de Reciclagem de Aracaju (CARE), quanto cursos diversos para mulheres que ainda não se encontram organizadas produtivamente.

Há também, no programa, a proposta de cursos, embora em menor número, que são oriundos do universo masculino, como beneficiamento de couro, pesca e gastronomia. Destaque-se que na Gastronomia, embora seja uma área tradicionalmente associada às mulheres, os homens têm tido papel de destaque como grandes chefes. No entanto, o que chama atenção no quadro é o fato de grande parte dos cursos originarem profissões tradicionalmente vinculadas às mulheres (como preparação de alimentos, costura, governança, artesanato), que por sua natureza, portanto, enfrentam alta competitividade, baixa produtividade e rentabilidade, conforme abordado por Abramo (2003) e que, portanto, não contribuem para o enfrentamento das desigualdades de gênero no mercado de trabalho.

Com a análise, observou-se que predomina no programa cursos que remetem à divisão sexual do trabalho, com trabalhos distintos para mulheres no mercado de trabalho (HIRATA; KERGOAT, 2007), embora haja cursos, em menor número, que fogem dessa lógica, como abordado anteriormente. Isso pode ter, como consequência, a permanência da inserção de mulheres inseridas em espaços marginais, que reforçam os papéis socialmente atribuídos a elas na sociedade, retardando o processo de igualdade de gênero proposto inicialmente pelo programa.

Dessa forma, a rígida divisão dos papéis sociais através de cursos desenvolvidos no âmbito doméstico denuncia a permanência dos padrões patriarcais, que inferioriza as mulheres e as impede de desfrutar das mesmas oportunidades profissionais oferecidas aos homens.

Somado a isso, conforme o documento programa Mulheres Mil, há na política pública

a proposta de elaboração de itinerário formativo, com ações previstas para o desenvolvimento de habilidades empreendedoras, além de associações e cooperativas, para o acesso ao mundo do trabalho. Destaque-se que há uma carga horária mínima estabelecida para os cursos do programa (160 h), segundo a Portaria instituidora (BRASIL, 2011), que segundo a Formuladora A, dificulta, pelo tempo restrito e a dificuldade de aprendizado das mulheres, a transmissão adequada de conhecimentos necessários para que possam gerir efetivamente seus negócios.

Somado a isso, existem as limitações econômicas dessas mulheres, que para desenvolverem-se como empreendedoras, têm como única alternativa o desenvolvimento das atividades em suas próprias casas, tendo que conciliar, em um mesmo espaço, a vida laboral e a doméstica (ABRAMO, 2007), conforme a experiência relatada pela Ex-beneficiária do programa. Como consequência, conforme ainda Abramo (2003), as responsabilidades familiares e as tarefas domésticas determinam uma menor dedicação horária das mulheres a seus negócios, a qual incide, em larga escala, sobre sua capacidade de acumulação.

Ao questionar se o programa proporciona a emancipação das mulheres ou reproduz desigualdades em relação aos homens no mercado de trabalho, a Formuladora A mencionou o caso de uma ex-aluna que fez o curso de camareira. A despeito de ser uma profissão feminina, conseguiu um emprego, conseguiu se separar do marido e romper com um ciclo de violência doméstica que vivia e passou a organizar a sua vida familiar.

Nesse sentido, a entrevistada propõe uma reflexão que perpassa a compreensão de que uma única ação educativa pontual, como o Programa Mulheres Mil, não tem possibilidade de alterar/revolucionar estruturas de gênero extremamente arraigadas da sociedade brasileira. Dessa forma, segundo sua análise, mesmo com as alterações proporcionadas na vida das beneficiárias após a realização dos cursos, a sociedade não estaria preparada para receber essas mulheres e alterar suas estruturas de gênero, porque elas mudaram. O programa estaria, portanto, inserido dentro de um contexto da realidade das mulheres na luta por direitos iguais.

CONCLUSÃO

Esta pesquisa teve como objetivo investigar o Programa Mulheres Mil, instituído nacionalmente no ano 2011, a partir do portfólio de 13 cursos, como forma de compreender se a qualificação gratuita ofertada nos Institutos Federais do país capacita profissionalmente mulheres para atividades que reforçam os papéis tradicionais socialmente atribuídos a elas no mercado de trabalho, ou se permitem posturas emancipatórias.

Para tanto, examinaram-se documentos oficiais do programa, como forma de compreender qual a perspectiva de gênero presente na política pública. Paralelamente, realizou-se pesquisa empírica, com aplicação de questionário semiestruturado com quatro representantes do poder público responsáveis pela formulação do programa e com uma aluna egressa do mesmo.

A pesquisa propôs três objetivos específicos. O primeiro almejou analisar a concepção de gênero presente no programa Nacional Mulheres Mil. A partir da análise da interpretação dos documentos, complementada pelas percepções dos formuladores, através das entrevistas, constatou-se a predominância da perspectiva tradicional de gênero, quanto ao papel da mulher na sociedade e no mercado de trabalho. Como consequência, observou-se a existência de maior número de cursos em que há a explícita divisão sexual dos papéis atada às compreensões convencionais do feminino, uma vez que, a maior parte deles capacita mulheres para o desempenho de atividades voltadas para a esfera do cuidado e maternagem, áreas que possuem menor prestígio e valor social e que podem ser desenvolvidas no âmbito doméstico, e não necessariamente no mercado de trabalho formal.

O segundo objetivo proposto pela pesquisa foi verificar o significado atribuído a “trabalho feminino” no conteúdo do programa. Dessa forma, observou-se que há uma proposta mercadológica do programa em qualificar mulheres com a finalidade de reinseri-las produtivamente em profissões que possam, rapidamente, gerar renda e o consequente sustento de suas famílias. Tal constatação permitiu compreender que o enfrentamento da pobreza das mulheres beneficiárias do programa e de seus dependentes ganhou maior ressonância dentro do programa que a igualdade de gênero proposta.

A análise desse objetivo também permitiu compreender que o trabalho reservado às mulheres na esfera produtiva, bem como a sua precarização e baixa remuneração, reflete sua posição na hierarquia de gênero existente tanto na família quanto no mundo do trabalho.

No terceiro objetivo proposto – analisar, a partir dos cursos propostos pelo programa, se há o reforço de atividades tradicionais socialmente atribuídas às mulheres, é respondido o

problema formulado pela pesquisa. Concluiu-se que os cursos ofertados pelo programa reproduzem a perspectiva de gênero presente na sociedade brasileira, no que diz respeito ao local da mulher, que é o local do cuidado e maternagem, embora haja cursos ofertados que fogem dessa lógica, como beneficiamento de couro, pesca e gastronomia.

Assim sendo, os dados coletados corroboram a hipótese formulada para esta pesquisa, pois o Programa Mulheres Mil, enquanto política de equidade de gênero no campo do trabalho, propõe a diminuição das desigualdades de gênero no mundo laboral, mas, ao mesmo tempo, reproduz as já conhecidas hierarquias entre homens e mulheres. Dessa forma, observou-se a permanência da naturalização do papel cuidador e reprodutor da mulher, nos discursos de parte dos formuladores do programa e nas denominações dos cursos propostos, mesmo tratando-se de uma política pública com perspectiva de gênero.

As contribuições desta pesquisa para a grande área da Ciência Política perpassam o fortalecimento do incipiente debate de como o Estado, através das políticas públicas com enfoque em gênero, tem posicionado as mulheres na sociedade e, mais especificamente, no mercado de trabalho, incitando, assim, reflexões quanto aos limites da democracia vigente.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, L. W. Notas sobre la incorporación de la dimensión de género a las políticas de empleo y erradicación de la pobreza en América Latina. In: **Género y mercado de trabajo**. Honduras y Nicaragua: Proyecto: Género, pobreza y empleo en América Latina, p. 15-41, 2003.

_____. **A inserção da mulher no mercado de trabalho**: uma força de trabalho secundária? Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

ALVAREZ, S. E. Em que estado está o feminismo latino-americano: uma leitura crítica das políticas públicas com “perspectiva de gênero”. In: FARIA, N.; SILVEIRA, M. L.; NOBRE, M. (Org.). **Gênero nas políticas públicas**: impasses e perspectivas para a ação feminista. São Paulo: SOF. p. 9-25. (Cadernos Sempre Viva), 2000.

_____. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. **Cadernos Pagu**, v. 43, p. 13-56, 2014.

ANDRADE, J. E. O feminismo marxista e a demanda pela socialização do trabalho doméstico e do cuidado com as crianças. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.**, n. 18, p. 265-300, 2015.

ANTUNES, R. O caráter polissêmico e multifacetado do mundo do trabalho. **Educação e Saúde**, v. 1 (2), 2003, p. 229-237.

ARAÚJO, C.; SCALON, C.. Percepções e atitudes de mulheres e homens sobre a conciliação entre família e trabalho pago no Brasil. In: ARAÚJO, C.; SCALON, C.. (Orgs). **Gênero, família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, p. 15-78.

AVELAR, L. M. Movimentos, redes e feminismo de estado: a representação extraparlamentar das mulheres brasileiras. **Cadernos Adenauer**, São Paulo, v. XIV, p. 71-77, 2013.

ÁVILA, M. B.; FERREIRA, V. Trabalho produtivo e reprodutivo no cotidiano das mulheres brasileiras. In: ÁVILA, M. B.; FERREIRA, V. (orgs.) **Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres**. Recife: SOS CORPO, p. 13-50, 2014.

BIROLI, F. Political violence against women in Brazil: expressions and definitions. **Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 15, p. 557-89, 2016.

BISCAIA, C. Um golpe chamado machismo. In: PRONER, C. et al. (Orgs). **A resistência ao golpe de 2016**. Bauru: Práxis, 2016.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2004.

_____. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Anais da 1ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres, 2004a.

_____. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Anais da 2ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres, 2007.

_____. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2008.

_____. Portaria 1.015, de 21 de julho de 2011. Institui o Programa Nacional Mulheres Mil, que visa à formação profissional e tecnológica articulada com elevação de escolaridade de mulheres em situação de vulnerabilidade social. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 22 jul. 2011. Seção 1, p. 38. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 26 abr. 2018.

_____. **Programa Nacional Mulheres Mil**. SETEC/MEC, Brasília, 2011a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 26 abr. 2018.

_____. **Guia Metodológico do Sistema de Acesso, Permanência e Êxito do Mulheres Mil**. SETEC/MEC. Brasília, 2011b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 26 abr. 2018.

_____. Ministério da Educação (MEC). Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC). **Mulheres mil na rede federal: caminhos para a inclusão**. Brasília, 2011c.

_____. **Estatísticas de Gênero: uma análise dos resultados do Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

_____. **Secretaria Nacional de Políticas para as mulheres**, 2012. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/sobre/a-secretaria>. Acesso em: 20 abr.2018.

_____. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Anais da 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres: autonomia e igualdade para as mulheres**. Brasília: Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres, 2013.

_____. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres: 2013-2015**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2013a.

_____. **Programa Mulheres Mil forma a primeira turma de estudantes transexuais, em Alagoas**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/202-264937351/49001-programa-mulheres-mil-forma-a-primeira-turma-de-estudantes-transexuais-em-alagoas>. Acesso em: 20 abr. 2018.

BRUSCHINI, M. C. A. O Trabalho da Mulher Brasileira nas Décadas Recentes. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, jan. 1994.

_____. BRUSCHINI, M. C. A. Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não remunerado? **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 24, n. esp., 2006.

_____. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cad. Pesquisa São Paulo**, v. 37,

n. 132, p. 537-572, Dec. 2007.

BRUSCHINI, C.; RICOLDI, A. M. R.; MERCADO, C. M. Trabalho e gênero no Brasil até 2005: uma comparação regional. In: COSTA, A. de O. *et al.* **Mercado de trabalho e gênero: comparações internacionais**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008, p. 15-34.

BRUSCHINI, C.; RICOLDI, A. M. Família e trabalho: difícil conciliação para mães trabalhadoras de baixa renda. **Cadernos de Pesquisa**, v. 39, n. 136, 2009.

BRUSCHINI, M. C. A.; LOMBARDI, M. R. Mulheres e homens no mercado de trabalho brasileiro: um retrato dos anos 1990. In: MARUANI, M.; HIRATA, H. (Orgs.). **As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho**. São Paulo: Senac, 2003.

CARDOSO, E. **Imprensa feminista brasileira pós-1974**. Estudos feministas, p. 37-55, 2004.

CARLOTO, C.; GOMES, A. G. Geração de renda: enfoque nas mulheres pobres e divisão sexual do trabalho. **Serv. Soc. Soc.**, n. 105, p. 131-146, 2011.

CASTRO, M. G. Perspectiva de gênero e análise sobre mulher e trabalho na América Latina: ensaio/notas sobre impasses teóricos. **Revista de Antropologia**, v. 1, n. 2, p. 55-85, 1996.

_____. **Feminização da pobreza em cenário neoliberal**. I Conferência Estadual da Mulher. Rio Grande do Sul: Coordenadoria Estadual da Mulher, 1999.

CONNEL, R. **Gênero e poder: sociedade, a pessoa e a política sexual**. Sydney: Allen & Unwin, Cambridge: Polity Press, Stanford: Imprensa da Universidade de Stanford, 1987.

_____. **Gênero em termos reais**. Tradução Marília Moschkovich. São Paulo: Inversos, 2016, 272p.

CONNEL, R.; PEARSE, R. **Gênero: uma perspectiva global**. Tradução de Marília Moschkovich. São Paulo: Versos, 2015.

CÔRREA, M. Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal. **Caderno Pagu**, Campinas, n. 16, p. 13-29, 2001.

DAMASCENO, P.; Esmeraldo, G. G. S. L. **O Programa Mulheres Mil pelo Via Trabalho e Educação: uma experiência desenvolvida no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão**, 2017.

DIAZ, A. L. L. Revelando o oculto cuidar das pessoas idosas: uma proposta para a promoção da igualdade de gênero. In: BLAY, E. A. (Org.). **Igualdade de oportunidades para as mulheres: um caminho em construção**. São Paulo: Humanitas/USP, p. 107-111, 2002.

DYE, T. **Understanding Public Policy**. Englewood Cliffs: N.J.: Prentice Hall, 1984.

FACIO, A. **Cuando el género suena cambios trae: na metodología para el análisis de género del fenómeno legal**. San José, C.R.: ILANUD, 1999.

- FARAH, M. F. S. Políticas públicas e gênero. In: GODINHO, T.; SILVEIRA, M. L. (Orgs.). **Políticas públicas e igualdade de gênero**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, v. 8, 2004, p. 127 - 142.
- GAMA, A. de S. **Trabalho, Família e Gênero**: impactos dos direitos do trabalho e da educação infantil. São Paulo: Cortez, 2014.
- GIFFIN, K. A mulher, a cidade e os programas sociais. In: IBAM. **Mulher e políticas públicas**. Rio de Janeiro: IBAM/ UNICEF. p. 169-186, 1991.
- GOIS, E. L. P. **Programa Mulheres Mil**: interfaces de gênero na capacitação de mulheres para o mercado de trabalho em Palmas. 2016. 145f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Palmas, 2016.
- GOLDANI, A. M. As famílias brasileiras: mudanças e perspectivas. Fundação Carlos Chagas, **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo: n. 91, nov. 1994, p. 7- 22.
- HIRATA, H.; DOARÉ, H. Os paradoxos da globalização. **Cadernos Sempre Viva**. O trabalho das mulheres. São Paulo: SOF Sempre Viva Organização Feminista, 1999.
- HIRATA, H. **Nova divisão sexual do trabalho?** Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.
- _____. Trabalho Doméstico: Uma Servidão Voluntária?. In: GODINHO, T.; SILVEIRA, M. L. da (orgs.), **Políticas Públicas e Igualdade de Gênero**. São Paulo, Coordenadoria Especial da Mulher, pp. 43-54. 2004.
- _____. A precarização e a divisão internacional e sexual do trabalho. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 11, n. 21, p. 24-41, jan./jun., 2009.
- HIRATA, H. S; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.
- KERGOAT, P.; PICOT, G.; LADA, E. Ofício, profissão, “bico”. In: HIRATA, H. et al. (Org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Unesp, 2009, p.159-166.
- HITA, M. G. Gênero, ação e sistema: a reinvenção dos sujeitos. **Lua Nova**, n. 43, p.109-131, 1998.
- _____. Igualdade, identidade e diferença(s): feminismo na reinvenção dos sujeitos. In: ARAÚJO, C.; SCALON, C. (Orgs). **Gênero, família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, p. 319 - 351.
- HOWLETT, M.; RAMESH; M; PERL, A. **Políticas Públicas, seus ciclos e subsistemas**: uma abordagem integral. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2016. Rio de Janeiro: IBGE, quarto semestre PNAP Contínua, 2016.

_____. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2016. **Estatística de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil, 2016**. Rio de Janeiro, IBGE 2017. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf. Acesso em: 30 mai. 2018.

ILO. International Labour Organization. **Decent Work**. Geneva, 1999.

_____. **Woman in labour markets: measuring progress and identifying challenges**. Geneva, 2010.

KINGDON, J. W. **Agendas, Alternatives, and Public Policies**. New York: Harper Collins, 1995.

LAIÁ, M. A. Conselho Estadual da Condição Feminina – CECF: possibilidade de intervenção nas políticas públicas. In: BLAY, E. A. (orgs). **Igualdade de oportunidades para as mulheres: um caminho em construção**. São Paulo: Humanitas/ FFLCH/USP, p.241-246, 2002.

LAVINAS, L. **Emprego feminino: o que há de novo e o que se repete**. **Dados**, v. 40, 1997.

_____. Evolução do desemprego feminino nas áreas metropolitanas. In: ROCHA, B. (Org). **Trabalho e gênero**. Campinas/São Paulo, Abep/ Editora da Unicamp/Editora 34, 2000.

_____. Salariat, précarité et convergences entre les sexes dans le marché du travail. In: PICQ, F.; STORTI, M. (orgs). **Le féminisme à l'épreuve des mutations géopolitiques**. Paris, Racine de IXE, p. 77-92, 2012.

LAVALLE, A. G.; HOUTZAGER, P. P.; CASTELLO, G. Representação política e organizações civis - Novas Instâncias de mediação e os desafios da legitimidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS)**, v. 21, n. 60, fev. 2006.

LESSA, Sérgio. **O processo de produção e reprodução social: trabalho e sociabilidade**. Brasília: CEAD-UNB, 2006.

LOPES, M. C. R. **Programa Mulheres Mil no instituto federal de Goiás (2011-2013): a inserção das mulheres no mundo do trabalho sob o olhar de gestoras(es) e professoras(es)**. 2015. 174 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, GOIÂNIA, 2015.

MACHADO, L. Z. Gênero, um novo paradigma? **Cadernos Pagu**, v. 11, Campinas-SP, p. 107-125, 1998.

MATOS, M. Marlise Matos – Entrevista. In: GERALDES, E.C. et al. **Mídia, misoginia e golpe**. Brasília: Editora UnB, 2016. p. 220-232.

MATOS, M.; BIROLI, F. Democracia, Estado e patriarcado: disputas em torno dos direitos e das políticas de gênero. In. HOLANDA, C. B. de; VEIGA, L. F.; AMARAL, O. E. do (Orgs.). **A Constituição de 88: trinta anos depois**. Curitiba: Ed. UFPR, 2018.

MATOS, M; PARADIS, C. G. Desafios à despatriarcalização do Estado brasileiro. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 43, p. 57-118, abr. 2016. ISSN 1809-4449.

MCBRIDE, D. E.; MAZUR, A. G. **The politics of State Feminism**: innovation in comparative research. Philadelphia, Temple University Press, 2010.

MEDRADO, B.; LYRA, J. Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades. **Estudos Feministas**, v. 16, n. 3, 2008, p. 809 - 840.

MELO, H. P. de; CASTILHO, M. Trabalho reprodutivo no Brasil: quem faz?. **Rev. econ. contemp.**, Rio de Janeiro , v. 13, n. 1, p. 135-158, Apr. 2009 . Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-98482009000100006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20 Nov. 2018.

MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. **Feminismo e política**: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014.

MIRANDA, C. M. **Os Movimentos Feministas e a construção de espaços institucionais para a garantia dos direitos das mulheres no Brasil e no Canadá**. v. 15, n. 1 (2015). Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/interfaces/article/view/6721/0>. Acesso em: 24 out. 2018.

MISKOLCI, Richard. Do desvio às diferenças. **Teoria e Pesquisa**. São Carlos/UFSC, jul./dez. 2005.

MONTAÑO, S.; PITANGUY, J.; LOBO, T. **As políticas públicas de gênero**: um modelo para armar. O caso do Brasil. Serie Mujer y Desarrollo, 45. Santiago, Chile: jun. 2003.

MANTOVANI, T. R. D. A. **The vocational training policy of Mulheres Mil Program**: an analysis of the experience developed at the Federal Institute of Paraná. 2015. 134 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente, 2015.

MONTEIRO, C. A. **A dimensão da pobreza, da fome e da desnutrição no Brasil**, em **Estudos Avançados**. v. 9, n. 24, 1995.

MONTEIRO, S. R. R. P. O marco conceitual da vulnerabilidade social. **Sociedade em Debate**, v. 17, p. 29-40, 2011.

NOBRE, M.; FARIA, N. Porque o feminismo deve ser radicalmente contra o neoliberalismo. **Folha Feminista**, mar. SOF. São Paulo, 1999.

NOGUEIRA, C. M. **O trabalho feminino e as desigualdades no mundo produtivo no Brasil**. p. 73-97, 2012.

NYE, A. **Teoria feminista e as filosofias do homem**. Rio de Janeiro: Record; Rosa dos Tempos. 284p, 1995.

OIT. **Promoção da igualdade de gênero e políticas de conciliação entre trabalho e a família.** 2009. Disponível em: http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilia/documents/publication/wcms_229649.pdf. Acesso em: 21 mai. 2018.

_____. **World Employment and Social Outlook: Trens 2016.** International Labour Office – Geneva: ILO, 2016.

OLIVEIRA, R. D. de. **Reengenharia do tempo.** Rio de Janeiro: Roco, 2003.

OKIN, S. M. Gênero, o público e o privado. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 305-332, ago. 2008.

PACHECO, E. **Mulheres Mil na Rede Federal:** caminhos da inclusão. Página do Programa Mulheres Mil, 2011.

PATEMAN, C. **O contrato sexual.** Tradução de Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PEDRO, J. M. Corpo, prazer e trabalho. In: _____; PINSKY, C. B. (Org.). **Nova história das mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2013, p.238- 259.

PIMENTA, F. F. **Políticas feministas e os feminismos na política:** o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (1985-2005). 2010. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2010.

PINTO, C. R. J. **Uma História do Feminismo no Brasil.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

_____. Feminismo, história e poder. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15 a 23 de junho de 2010.

PISCITELLI, A. Recriando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, L. (Org.). A prática feminista e o conceito de gênero. **Textos Didáticos**, n. 48. Campinas: IFCH/Unicamp, 2002, p. 7-42.

RANGEL, P. **Demandas feministas e políticas de gênero.** In: CONGRESSO ALACIP, Buenos Aires, jul.2010. (Mimeogr.)

_____. **Feminismo de Estado e Direitos Políticos das Mulheres:** Argentina E Brasil. 2013.

RIBEIRO, L. E. G. **A qualificação profissional e cidadã:** um estudo do Programa Mulheres Mil, a partir da experiência do Instituto Federal de Goiás, câmpus de Luziânia. 2013. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

ROSEMBERG, F. Mulheres educadas e a educação de mulheres. In: PEDRO, J. M.; PINSKY, C. B. (Org.). **Nova História das mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2013, p.333-359.

SAFFIOTI, H. I. **O poder do macho.** São Paulo: Editora Moderna, 1987.

_____. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SANTOS, G. G. C.; PEREZ, O. C., SZWAKO, P. J. **Gêneros da participação:** refletindo sobre limites e possibilidades da participação social na promoção da equidade de gênero e da diversidade sexual em âmbito estatal. *Estudos de Sociologia, Recife*, v. 2, n. 24, 2017.

SARTI, C. A. **A Família como espelho:** um estudo sobre a moral dos pobres na periferia de São Paulo. São Paulo, Autores Associados, 1996.

_____. Famílias enredadas. In: ACOSTA, A. R. et al. (Orgs). **Família:** redes, laços e políticas públicas. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

SECCHI, L. **Políticas públicas:** conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2015.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras. 2010.

SCOTT, J. Prefácio a “Gender and Politics of History”. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 3, p. 11-27, 1994.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p.71-99, 1995.

SILVA, M. H. F. **Curso de letramento laboral para cuidadoras de idosos:** uma proposta de intervenção. 2016. 213f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

SORJ, B. Sociologia e trabalho: mutações, encontros e desencontros. **Rev. bras. Ci. Soc.**, v.15, n. 43, p. 25-34, 2000.

_____. Trabalho remunerado e trabalho não remunerado. In: VENTURI, G.; RECAMÁN, M.; OLIVEIRA, S. (Orgs.). **A mulher brasileira nos espaços público e privado.** São Paulo, Fundação Perseu Abramo, p. 107-19, 2004.

_____. Percepções sobre esferas separadas de gênero. In: ARAÚJO, C.; SCALON, C. (Orgs). **Gênero, família e trabalho no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, p. 79 - 88.

_____; FONTES, A. Famílias monoparentais femininas, pobreza e bem-estar das crianças: comparações regionais. In: COSTA, A. de O. et al. **Mercado de trabalho e gênero:** comparações internacionais. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008, p. 187 – 206.

_____. Arenas de cuidado nas interseções entre gênero e classe social no Brasil. **Cad. Pesquisa**, v. 43, n. 149, pp.478-491, 2013.

STROMQUIST, N. P. Políticas públicas de Estado e equidade de gênero. **Perspectivas comparativas.** Tradução de Vera M. D. Renoldi, 1995.

TELES, F. B. M. **Programa mulheres mil:** um olhar sobre a inserção das egressas no mundo do trabalho. 2015. 141 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) - Universidade

de Brasília, Brasília, 2015.

APÊNDICES

APÊNDICE A

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA REALIZADA COM FORMULADORAS DO PROGRAMA MULHERES MIL

1. Que fatores foram relevantes para transformar um projeto local em programa de governo de nível nacional?
2. A escolha do programa ocorreu em disputa com programas da mesma natureza? Relate como se deu esse processo.
3. Fale sobre o seu papel na formulação do programa.
4. Você teve participação nos processos decisórios do programa? Relate sua experiência.
5. O que você entende por gênero?
6. Qual o sentido atribuído ao termo gênero na política?
7. Por que o governo federal inseriu a perspectiva gênero nesse programa?
8. Em sua opinião, qual o papel da mulher no mercado de trabalho?
9. E qual deveria ser o papel da mulher no mercado de trabalho?
10. O programa pode levar às mulheres a uma condição de igualdade de condições em relação aos homens. Faça suas considerações.

APÊNDICE B

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA REALIZADA COM EX-ALUNA DO PROGRAMA NACIONAL MULHERES MIL

1. Como foi a história de vida da sua mãe?
2. Então foi sua mãe que manteve vocês mesmo?
3. Então você trabalhou como empregada doméstica nessa casa?
4. Quando você precisava sair para trabalhar, com quem ficavam suas filhas?
5. Na sua casa, sempre teve divisão das tarefas?
6. A senhora enfrentou muitas dificuldades para realizar o curso de costureira do programa mulheres mil?
7. Quando o instituto procurou vocês pra ofertar o curso, pensou em cursos que vocês já sabiam?
8. E outros tipos de dificuldade, por exemplo, financeiras, para frequentar o curso, você teve ou não?
9. A qualificação do PMM foi mais um aperfeiçoamento que uma nova formação pra senhora?
10. Depois que a senhora terminou o curso a senhora conseguiu um emprego?
11. Em relação a sua vida, a senhora percebeu mudanças na sua vida?
12. Em relação à cooperativa, a senhora tem conhecimento do porque não deu certo?
13. Então, a senhora acha que faltou mais conhecimento para gerenciar um negócio?
14. Vocês tiveram aulas até de gestão de custos, empreendedorismo, cooperativismo, a senhora acha que o tempo foi curto para aprender a gerir seus negócios e por em prática?
15. Se o IF tivesse dado um apoio maior no dia-a-dia da cooperativa teria dado mais certo?